



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE SERVIÇO SOCIAL

DANIELY EVELIN GARCIA DE ARAÚJO

**O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE DO
BRASIL: DESVELANDO SEUS LIMITES E POSSIBILIDADES NA
CONTEMPORANEIDADE**

SOUSA– PB

2023

DANIELY EVELIN GARCIA DE ARAUJO

**O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE DO
BRASIL: DESVELANDO SEUS LIMITES E POSSIBILIDADES NA
CONTEMPORANEIDADE**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande – Campus Sousa (CCJS), como requisito parcial para obtenção de título de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Pereira França Junior.

SOUSA– PB

2023

A663t Araújo, Daniely Evelin Garcia de.

O trabalho do serviço social e a política pública de saúde do Brasil: desvelando seus limites e possibilidades na contemporaneidade / Daniely Evelin Garcia de Araújo. – Sousa, 2023.

54 f.

Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, 2023.

"Orientação: Prof. Dr. Reginaldo Pereira França Junior".

Referências.

1. Assistente Social. 2. Políticas Públicas. 3. Saúde.
4. Direitos. 5. Contrarreforma. I. França Junior, Reginaldo Pereira.
- II. Título.

CDU 36(043)

Aprovado em: __/__/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Reginaldo Pereira França Junior. (Orientador)
Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Me. Anderson Nayan Soares de Freitas (Examinador)
Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Me. Juliana e Silva Oliveira (Examinadora)
Universidade Federal de Campina Grande

SOUSA- PB

2023

Dedico esse trabalho a minha Mãe Maria de Fátima, a minha irmã Dayanne Christina, e a minha tia Auxiliadora Garcia pelo apoio e motivação dados a mim durante a graduação. Sem vocês nada disso seria possível!

ADRADECIMENTOS

Já dizia Glória Hurtado que sempre é preciso saber quando uma etapa chega ao final. Se insistirmos em permanecer nela mais do que o tempo necessário, perdemos a alegria e o sentido das outras etapas que precisamos viver. É sobre as belas e simples palavras de Glória Hurtado que me despeço dessa longa e árdua trajetória da minha vida, bem como diz a autora, fechar ciclos e necessário para que outros possa vir.

A graduação sempre foi um sonho almejado, hoje esse sonho concretiza-se, e ao fim dessa jornada não poderia deixar de mencionar e agradecer aqueles que foram essenciais para a concretização dele.

Ao meu Deus todo poderoso, pela dádiva vida, onde em sua infinita bondade sempre cuidou de mim, foi meu suporte e refúgio, concedendo-me forças necessárias para a materialização desse sonho.

A minha mãe Maria Garcia Sinônimo de Força e perseverança, e a minha irmã Dayane Cristina que mesmo diante de tantas atribulações e empecilhos, estiveram sempre comigo, lutando pela concretização desse sonho. A vocês meu agradecimento especial.

A minha tia Francisca Garcia, meu primo Luís Henrique Garcia, meus sobrinhos Davi Felipe e Dávila Maria, a “Estrela Dalva” e a toda a minha família que de modo direto e indireto contribuíram com esse sonho.

A três pessoas essenciais, a minha Tia Auxiliadora Garcia, a Josenoura Calixto e a Terezinha Herculano, vocês são as responsáveis por acreditarem em mim e me fazer chegar até onde cheguei. Gratidão a vocês.

A minha prima e irmã de coração Layslla Garcia, e as minhas amigas Samara Santana (Madalena) amiga Maria Clarice que estiveram sempre presente durante esse processo, pelas palavras de incentivo, as quais me motivaram e me fizeram sempre lembra o quanto eu sou capaz. Vocês também tiveram um papel muito importante para a concretização desse sonho.

A aos meus amigos e companheiros de jornada que a UFCG me apresentou, Amadeu Sarmento, Pedro Lucas, Vandikleydson Gomes, Rhosana Lúcia, Beatriz Santos, Lavínia Gabrielly, Herika Osmara e a minha dupla de todas as horas Emile Naiane. Amo muito vocês!

A minha amiga, quase irmã, a qual eu jamais poderia esquecer, Sabrina Nunes, Obrigada por todos os momentos e ter me acolhido sempre que foi preciso. Gratidão a você!

As minhas colegas de trabalho, pessoas que a EMEF professor Newton seixas me apresentou e que se tornaram muito especiais e contribuíram também para a realização desse

sonho, Karla Simone e Lisandra. Obrigada pelas palavras de incentivo. Vocês são muito especiais.

Ao professor Thiago Farias, exemplo de pessoa, obrigada por seus ensinamentos e também por se fazer presente nessa importante etapa da minha vida. Meu respeito e gratidão, você é muito especial.

Ao Meu Orientador Reginaldo Pereira França Júnior, por me proporcionar tamanha formação e me orientar durante esse período, obrigada pela paciência e dedicação que teve comigo na escrita desse trabalho.

À Universidade Federal de Campina Grande possibilitar minha formação acadêmica e concretizar esse sonho de ter uma graduação.

Ao corpo de discentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais por ter contribuído para a minha formação vocês foram primordiais nesse processo.

E por fim, a banca examinadora, pela disposição em avaliar este trabalho.

*Eu sou aquela mulher
a quem o tempo muito ensinou.
Ensinou a amar a vida
e não desistir da luta,
recomeçar na derrota,
renunciar a palavras
e pensamentos negativos.
Acreditar nos valores humanos
e ser otimista.*

(Cora Carolina)

RESUMO

O Assistente Social é um profissional que se inclui na área da saúde e que atua na luta para uma sociedade mais justa e igualitária promovendo através de Políticas Públicas os Direitos Sociais de cada indivíduo. A saúde compõe o quadro dos direitos sociais e atualmente é uma das políticas sociais mais requisitadas na sociedade. Assim, o assistente social como profissional, busca, através destas Políticas, viabilizar o acesso a esses direitos. A pesquisa aqui apresentada, o trabalho do Serviço Social e a Política Pública de Saúde do Brasil: Desvelando seus limites e possibilidades na contemporaneidade” tem como objetivo central compreender como se configura a Política de Saúde do Brasil e como caracteriza-se a profissão do Assistente Social neste aspecto. Deste modo, este estudo parte da concepção do materialismo crítico e dialético trazendo reflexões que visam compreender e analisar as suas condições de trabalho, seus limites e suas possibilidades a serem compreendidos na contemporaneidade, sobretudo no contexto de crise do capital e contrarreforma do Estado. Portanto, foram adotados métodos de pesquisa bibliográfica e qualitativa. por fim, partindo das fontes analisadas chegou-se à conclusão de que as novas formas de trabalho e de desenvolvimento postos por uma hegemonia neoliberal em vigor, trouxe alguns desafios aos assistentes sociais desde a precarização do seu trabalho até mesmo a reconfiguração do seu papel frente as políticas públicas, atingindo assim, não somente estes profissionais, mas a população como um todo.

Palavras-chave: Assistente social; Políticas Públicas; Saúde; Direitos; Contrarreforma.

ABSTRACT

The Social Worker is a professional who works in the area of health and who works in the struggle for a more just and egalitarian society, promoting the Social Rights of each individual through Public Policies. Health makes up the framework of social rights and is currently one of the most requested social policies in society. Thus, the social worker as a professional seeks, through these Policies, to enable access to these rights. The research presented here, the work of Social Work and the Public Health Policy in Brazil: Unveiling its limits and possibilities in contemporary times” has as its central objective to understand how the Health Policy in Brazil is configured and how the Assistant’s profession is characterized Social in this regard. Thus, this study starts from the conception of critical and dialectical materialism, bringing reflections that aim to understand and analyze their working conditions, their limits and their possibilities to be understood in contemporary times, especially in the context of capital crisis and State counter-reform. Therefore, bibliographic and qualitative research methods were adopted. finally, based on the analyzed sources, it was concluded that the new forms of work and development posed by a neoliberal hegemony in force, brought some challenges to social workers, from the precariousness of their work to even the reconfiguration of their role in front of public policies, thus reaching not only these professionals, but the population as a whole.

Keywords: Social worker; Public policy; Health; Rights; Counter-Reformation

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1 - TRABALHO COMO FORMA DAS PRÁXIS SOCIAIS EM LUKÁCS.....	14
1.1 - O trabalho como forma da práxis social em Lukács	16
1.2 - O trabalho e a produção de valor	19
1.3 - Trabalho, questão social e alienação no capitalismo	21
CAPÍTULO II.....	25
2 - O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DA SAÚDE: TECENDO REFLEXÕES	25
2.1 - Os sentidos do trabalho	25
2.2 – O serviço social como especialização do trabalho coletivo	28
2.3 - Saúde pública no brasil: elementos para um debate	32
2.4 - O serviço social na saúde: historicidade e criticidade do trabalho profissional	40
2.5 – Os parâmetros do Assistente Social no campo da saúde: limites e possibilidades na atualidade	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERENCIAS	52

APRESENTAÇÃO:

O trabalho que se apresenta tem como base uma reflexão crítica e analítica acerca do trabalho do Serviço Social, levando em conta os aspectos históricos e sociais que norteiam o profissional desta área, e o conseqüente os impactos das relações estabelecidas meio social atual. Isto se deve, pelo fato de a política de saúde no Brasil está ancorada em direitos relativos a universalidade dos seus serviços, acessível as condições de acolhimento do cidadão baseados em um processo constante de humanização do SUS - Sistema Único de Saúde.

Trata-se, portanto, de uma reflexão sobre o serviço social no âmbito das Políticas Públicas de saúde no nosso país, levando em conta as condições de trabalho, os limites e as possibilidades de atuação do assistente social, associada as mudanças ocorridas dentro do contexto histórico da ideologia neoliberal e da Contrarreforma Estatal refletido na sua atuação profissional.

Para tanto, a relevância científica e acadêmica desta pesquisa, se dar de modo a compreender ser uma contribuição para o debate já consolidado sobre o Serviço social, mas, que incorpora outras diferenças, como a da qualificação e direcionamento do Serviço Social na Política Pública de saúde e do papel definido legalmente pelo Estado ao assistente social na contemporaneidade.

Tratando disso, a pesquisa caracteriza-se como “um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. (LAKATOS e MARCONI, 2007, p. 43).

Assim, a pesquisa nada mais é que um instrumento que propõe a descoberta de novas realidades, possibilitando o estudo desses fatos e abrindo outros caminhos para formulação de um pensamento crítico e analítico, além de servir como indicativo de soluções para resolver problemas e tratar questões que possibilitem o benefício de todos.

Dito isso, baseando-se no conceito de pesquisa e levando em conta a necessidade de uma análise sobre as fontes disponíveis para abordar o tema do Serviço Social, o estudo bibliográfico deverá ser utilizado neste trabalho, indicando que se tratar de questão qualitativa, onde o olhar reflexivo se faz presente, devendo revelar seus caminhos e possibilidades.

Analisaremos as fontes, levando a abordagem qualitativa para debater e formular as considerações pretendidas sobre o objeto aqui estudado. Propomos explorar os textos selecionados a fim de compreender a importância do Serviço Social na Política de Saúde e sua

evolução. Isso, porque, a pesquisa por si só não revelaria o debate necessário ao entendimento da relevância do assistente social atualmente, seria necessário método de abordagem para ser conduzida a essa revelação.

Para Gil (1994, p. 71) “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. A pesquisa bibliográfica aqui utilizada, trará na sua abordagem metodológica a questão qualitativa, explicando o modo de lidar com as fontes, em que é importante “Analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento” (LAKATOS; MARCONI, 2009, p. 48). De maneira que venha a contribuir para um arcabouço teórico-metodológico de compreensão do objeto estudado.

É necessário também lembrar que o arcabouço teórico se torna um revelador do caminho que o pesquisador faz para enquadrar sua escrita. Nisso, o fundamento teórico deste trabalho, terá como base o materialismo histórico-dialético de Karl Marx, definindo-se como o modo de estudar a dinâmica do capitalismo na sociabilidade, considerando a sua mobilidade do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade derivada da sua concepção ontológica da realidade social (MARX, 1994). Revelando-nos a reflexão da organização social do homem em sociedade e do trabalhador como um sujeito histórico.

Por isso, dividiremos esta pesquisa em dois momentos, cuja abordagem demonstra um olhar crítico sobre a manutenção de uma ordem historicamente construída.

Na primeira parte, será trabalhado a concepção metodológica de Lukács, seus fundamentos ontológicos, onde será descrito a relevância da categoria trabalho como forma originária da práxis social para a sociedade. Refletindo sobre o trabalho em si, sua valoração e as influências do contexto em que o trabalhador se constituiu como ser social, histórico e político. Revelando sua identidade de trabalhador e as influências do meio que estava inserido.

Em seguida, será tratado sobre o trabalho do assistente social na Política de Saúde, sendo descrito a Política de Saúde desde sua gênese até os dias atuais com enfoque na Reforma Sanitária e criação do Sistema Único de Saúde – SUS. E também como o Assistente Social atua na contemporaneidade, sobretudo no contexto de crise do capital e a contrarreforma do Estado, apresentando quais os seus limites e possibilidades a serem encarados na profissão atualmente. Tudo isso, relacionado ao contexto histórico da política

nacional de saúde e na historicidade do serviço social e suas transformações ao longo do tempo.

Por último, embora simples a metodologia aplicada, espera-se que com este trabalho e as reflexões apresentadas ao longo dos capítulos, bem como dentro de um contexto sociopolítico estudado, possa haver uma contribuição para os estudos do serviço social como um todo. Esperamos ainda, trazer uma discussão pertinente para o desenvolver dessa pesquisa, ao reunir informações necessárias por meio deste trabalho, ao qual foi possível compreender a atual conjuntura do (as) assistente social na Política de Saúde, além de seus limites e possibilidades na contemporaneidade.

CAPÍTULO I

1 - TRABALHO COMO FORMA DAS PRÁXIS SOCIAIS EM LUKÁCS.

O conceito de trabalho é geralmente entendido como a atividade humana realizada com o objetivo de produzir uma forma de obtenção de subsistência. Mediante essa definição, filósofos como Karl Marx, Georg Lukács, Friedrich Engels, Ricardo Antunes, Yamamoto e Sergio Lessa, o trabalho tem sua gênese atrelado a necessidade da intervenção humana na natureza na busca pelas satisfações das necessidades sociais cada vez mais amplas.

Sendo assim, com base na construção teórica desses autores, considera-se que o trabalho é a relação do homem com a natureza, em que, é através do trabalho, o homem vive em constante modificação do meio natural e de si mesmo, distanciando-se cada vez mais do ser natural, e constituindo como um ser social.

Para Lukács (1981, p. 218) O trabalho é a categoria fundante do ser social, categoria esta que dá origem a práxis humana onde o ser desempenha atividades essencialmente necessárias ao seu viver, diante disso, Engels (1876, p. 11) afirma que:

O trabalho é a fonte de toda riqueza. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, que o trabalho é encarregado de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. Porém, ele é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem.

Deste modo, torna-se pertinente mencionar que trabalho é a categoria fundante para o desenvolvimento do ser social, ou seja, é a partir dele que o ser humano enquanto sujeito socialmente ativo, engrandece suas habilidades e reusa elementos naturais para transformá-los e utilizados para modificar o meio, rompendo com as barreiras rumo à socialização, nesse quesito, Reginaldo França irá pontuar que:

O trabalho, como medida da emergência da liberdade, é condição para o desenvolvimento das suas forças liberadoras, se coloca diante do domínio pelos seres humanos, das restrições impostas pelas barreiras naturais e sua consequente superação, mediando potências alicerçadas do autorreconhecimento da sua condição de ser social. Afirma seu lugar como sujeito individual e coletivo, que responde, imediatamente, a carências e cria novas necessidades cada vez mais sociais (2020, p. 575).

Logo, torna-se pertinente historicizar que no decorrer do século XIX, Darwin (1971) através da sua teoria da evolução, apresentou uma descrição sobre os antepassados e nela

notou-se traços distintos, assim, derivando-se de tal particularidades detectou-se comportamentos envolvendo as mãos e os pés desses seres a qual separava-se dos demais ancestrais.

Engels (1876), retrata que, a diferenciação desses membros (pés e mãos) fez com que esses indivíduos passassem por um aperfeiçoamento constante proporcionando uma transformação do macaco em homem. Assim, sabendo que tal mutação permitiu ao ser humano sair de seu estágio primitivo até chegar no social, esses membros começaram a ser vista como a principal ferramenta de execução para o seu desenvolvimento, pois a ela era dado o encargo para desempenhar várias funções para atender as suas necessidades básicas de sua (re) produção.

Por isso, as funções, para as quais nossos antepassados foram adaptando pouco a pouco suas mãos durante os muitos milhares de anos em que se prolongam o período do macaco ao homem, só puderam ser, a princípio, funções sumamente simples. [...] mas havia sido dado o passo decisivo: a mão era livre e podia agora adquirir cada vez mais destreza e habilidade; e essa maior flexibilidade adquirida transmitia-se por herança e aumentava de geração em geração. Vemos, pois, que a mão não é apenas o órgão do trabalho; é também produto dele. Unicamente pelo trabalho, pela adaptação [...] foi que a mão do homem atingiu esse grau de perfeição que pôde dar vida, como por artes de magia, aos quadros de Rafael, as estátuas de Thorwaldsen e à música de Paganini (ENGELS, 1876, p. 03).

Vê-se, conforme a citação acima, que, a com a evolução da mão tornou-se possível realizar desde atividades mais simples as mais complexas e importantes essenciais à sua sobrevivência na terra. Entretanto, “(..) a mão não era algo com existência própria e independente. Era unicamente um membro do organismo integro e sumamente complexo. (...)” (Engels, 1876 p.08), assim, necessitava ainda de outros órgãos para se expressar e realizar deveres atribuída a elas, para isso, desenvolveu-se a laringe resultando na linguagem e na capacidade de articular com outros seres.

Ao passo que se progride as aptidões dos indivíduos fortalecendo com o rompimento com suas estruturas naturais, manifesta-se outros estímulos envolvendo mais organismos: o cérebro, e os seus órgãos dos sentidos, dando a possibilidade de “realizar atos conscientes e premeditados” (Idem, 1876 p.13). Neste sentido, o autor também reafirma que:

Graças a cooperação da mão, dos órgãos da linguagem, e do cérebro, não só em cada indivíduo, mas também em toda a sociedade, os homens foram aprendendo a executar operadores cada vez mais elevadas. O trabalho mesmo se diversificação e aperfeiçoada de geração em geração estendendo-se cada vez mais novas atividades (Idem, 1876, p.18)

Assim, sabendo-se que foi somente a partir do trabalho que levou o homem a conhecer novas categorias, possibilitando intervir sobre a natureza como fonte de alternativas para

suprir suas necessidades na terra, esse desenvolvimento não se finda, permanece em alterações, progredindo em diferentes sentidos até atingir o seu nível social. Para tanto, o desenvolvimento do cérebro e dos sentidos:

[...] A seu serviço, a crescente clareza de consciência, a capacidade de abstração e de discernimento cada vez maiores, reagiram por sua vez sobre o trabalho e a palavra, estimulando mais e mais o seu desenvolvimento. Quando o homem se separa definitivamente do macaco esse desenvolvimento não cessa de modo algum, mas continua, em grau diverso e em diferentes sentidos entre os diferentes povos e as diferentes épocas, interrompido mesmo às vezes por retrocessos de caráter local ou temporário, mas avançando em seu conjunto a grandes passos, consideravelmente impulsionado e, por sua vez, orientado em um determinado sentido por um novo elemento que surge com o aparecimento do homem acabado: a sociedade (Idem, 1876, p. 07).

Por fim, torna-se essencial acentuar a categoria trabalho enquanto processo primordial e indispensavelmente para a evolução do ser social uma vez que é a partir dessa conjuntura que ele se distancia de suas condições originárias, moldando-se em um ser socializado, aptos a realizar através de suas práxis atividades cujo atenda às suas necessidades para sobrevivência.

1.1 - O trabalho como forma da práxis social em Lukács.

Percorrer a gênese do trabalho nem sempre é um papel fácil, é sobretudo estudar a interação do homem com a natureza. A categoria trabalho caracteriza-se como o vínculo situado entre o ser humano (ser social) e a natureza (inorgânica), por esse motivo Lukács (1981) define o trabalho como categoria fundante do ser social, pois é a partir do trabalho que o homem se firma como tal.

Entender o trabalho como categoria fundante do ser social faz-se necessário investigar todo o processo histórico do ser humano, ou seja, suas mudanças qualitativas e estruturais ao longo da história. O ser humano modificou-se ao longo de milhares de anos, partindo das formas mais simples, e atingindo mais complexas.

Contudo, Lukács (2004), determina esse processo de superação da vida inorgânica como salto ontológico¹, mudança que possibilitou o afastamento do homem das suas bases primárias da natureza, proporcionando o desenvolvimento de seus sentidos e gerando formas de objetividade para atingir o seu nível social. Nesse contexto o autor propõe que:

¹ Para FRANÇA et all (2020), com base em Lukács (1979) o salto ontológico se constitui em momentos, sendo que o primeiro se manifesta a partir da linguagem, das formas de consciência e do trabalho, estando o homem na direção do ser-em-si do gênero humano, mediando o indivíduo ao gênero, entendido numa dimensão que transita entre o ser particular e o universal.

Enquanto ser biológico, o ser humano é um produto da evolução natural. Com sua auto realização, que, naturalmente, também nele mesmo pode significar um retrocesso dos limites naturais, mas nunca o desaparecimento, a plena superação desses limites, o ser humano ingressa num novo ser e por ele mesmo fundado: o ser social (LUKÁCS, 2004, p. 10).

Deste modo, pode-se destacar que o salto ontológico possibilitou ao ser humano, um vasto campo de transformações nas suas condições biológicas. Estas transformações por sua vez, atribui ao ser social uma aptidão teleológica², isto é, uma capacidade para realizar o trabalho, age-se de modo consciente e objetivo, e sua práxis se dá por meio do planejamento, sendo esse momento único e particular que dirige a consciência em direção a modificação da natureza.

O ser social, “[...] ao apreender os nexos da malha causal, ao assumi-los na consciência por meio da reprodução ideal, torna-se capaz de transformar a matéria natural, produzindo, deste modo, um objeto apto a satisfazer suas necessidades e carências” (FORTES, 2016, p. 50).

Assim, ser humano interage com a natureza de modo a modificá-la para atender as suas necessidades sociais crescentes ao seu favor tendo uma percepção entre eles como razão. Para França Júnior e Lara (2015), a consciência trata-se de uma construção mental antecipada, sustentada por uma interlocução entre nervos e músculos, tendo instrumentos que mediam esse processo, materializa-se a partir de um intercâmbio entre homem e natureza.

Isso é o que diferencia os humanos dos demais animais, pois produzem condições diferentes, uma vez que o homem tem capacidade de dar significado e criar relações de comunicação entre eles, algo que vai além de instinto. França Junior (2020) alude que o trabalho dá lugar a uma dupla transformação, por um lado o próprio ser humano que trabalha é transformado por seu por seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e a modifica, ao mesmo tempo, sua natureza, se desenvolve potências que nelas se encontram latentes.

Assim, a categoria trabalho é originária das formas sociais, é considerada a partir de uma prioridade ontológica fundante e, pela qual os seres humanos têm uma dependência ontológica e não uma dependência mecânica, ou por instinto como os animais.

Para Simon, (1987, p. 294 - 295)

A dependência ontológica atribuída aos seres vivos nada mais é que uma necessidade, o objeto ele mesmo não pode existir se outros não existirem, esse termo trata-se de uma espécie de necessidade do ser humano. Pela categoria trabalho uma vez que ele é essencialmente indispensável para seu desenvolvimento enquanto sujeito.

² Para Lukács (2012, p.62) a teleologia caracteriza-se “como uma categoria ontológica objetiva” e exclusiva do mundo dos homens.

A dependência mecânica encontrada nos animais, consiste apenas nas ações involuntárias, onde os animais agem por impulso, algo extremamente necessário em resposta às suas necessidades biológicas. Exemplo: as abelhas coletam néctar, cuidam da alimentação, fazem o mel, e protegem a colmeia contra as possíveis ameaças, pode-se constatar que as abelhas agem apenas por instinto, suas ações executadas não são planejadas, consiste em uma espécie de ações mecânicas, cujo são realizadas de forma não intencional. Deste modo, podemos constatar que:

O complexo trabalho é posto efetivamente pelo carecimento material cuja satisfação só se realiza como efeito de uma cadeia de mediações que, ontologicamente, existe uma função de satisfação. Essa cadeia consiste nas relações entre o homem e a natureza que, progressivamente, são medidas por categorias sociais mais complexas como o resultado do impulso inerente ao próprio trabalho na superação da interatividade (DUAYER *et. al* 2012, p. 20).

A partir disso, entende-se, mais uma vez, que o trabalho é uma particularidade especial do ser humano, pois é o único a qual desenvolve a categoria trabalho enquanto práxis sociais para a sua satisfação das necessidades que são igualmente biológicas e sociais, em que, o “trabalho é o momento predominante no salto ontológico entre o mundo natural e o estabelecimento da vida especificamente humana. Ele se apresenta como autocriação do ser humano como ser humano” (Duayer, 2012, p.20).

Assim, para que o trabalho se concretize como tal, o ser humano utiliza meios como a consciência, conhecimento, separação do sujeito-objeto, valor e liberdade que ele produz para criação de instrumentos específico, que seja útil para entra em contato com a natureza através das práxis e atender suas necessidades. É somente através destes fatores que o trabalho se firma como tal. O trabalho pressupõe ao ser humano uma relação e separação do sujeito x objeto. Lukács (2004, p. 115) enfatiza que: “(...) faz-se necessário uma relação de diferenciação entre ambos, portanto, o trabalho depende do ser humano para que haja uma assimilação é distinções de vários fatores que contribuíram para o seu expandir.”

Nessa perspectiva, o sujeito e o objeto mostram-se como um dos pilares fundamentais para a concretização da categoria trabalho, mas, para isso é necessário um distanciamento realidade visto que diante de tal conjuntura o sujeito usa sua tomada de consciência a fim entra em contato com sua realidade atual para se estudar o mundo. Lukács (2004, p. 115) menciona que “o sujeito só se converte em sujeito pelo fato de consumir uma transformação semelhante da sua atitude frente aos objetos do mundo exterior.” Assim, o sujeito enquanto ser, só se legitima como tal estando apto a reconhecer a veracidade das coisas.

Com a capacidade necessária de se auto reconhecer enquanto sujeito, o ser humano, já em seu estágio de evolução, utilizará seu conhecimento, para gerir funções de liberdade e valor. Lukács (2013, p. 138) interpreta a liberdade como “[...] uma decisão concreta entre diversas possibilidades concretas [...]”, assim, a liberdade é nada mais é que a livre e espontânea capacidade que o sujeito tem para fazer suas escolhas.

O trabalho como produto de uma relação existente entre a natureza e o ser humano posta em ação pelas práxis, provoca alterações no próprio sujeito que a executa. Apesar das condições indispensáveis para a existência do trabalho como separação do sujeito-objeto, consciência e conhecimento, media-se, valor e liberdade. Lukács (2004) analisa que, o trabalho como ação determinadora de mudanças oferece uma espécie de autodomínio e reconhecimento, ou seja, valor e liberdade do indivíduo em suas ações sociais.

Esse processo de autodomínio proveniente do trabalho, e posteriormente adquirida pelo ser social, traz à tona a uma produção de capacidade de escolha, uma decisão livre e concreta frente a realidade vigente, portanto, para Duayer et. all (2012, p. 24) “a posição de um fim é um ato de liberdade, pois os modos e meios de satisfazer suas necessidades são resultados de ações decididas e executadas conscientemente, e não produtos de cadeias casuais espontaneamente biológicas”.

Dada essa condição de escolha, – Liberdade – diligência outra forma de objetividade, o valor, “o valor confere ao trabalho uma objetividade social e fornece o critério que se estabelece se as alternativas presentes na posição teleológica e em sua efetivação são adequadas, válidas e corretas” (Lukács, 2004, p. 136).

Por fim, de acordo com Lukács, entende-se que o labor enquanto práxis social, possibilitou o indivíduo a objetivasse através de potencialidades atraídas ao logo dos anos. Assim, essas potencialidades fizeram com que o ser humano atingisse certo grau de consciência, atribuindo-lhe a capacidade de escolha entre o certo (o que tem valor) e o errado (o que não possui valor).

1.2 - O trabalho e a produção de valor.

Na sociedade capitalista, o trabalho como atividade exclusiva do ser humano, assume uma considerável importância, bem mais que o próprio sujeito a qual realiza sua ação, pois é na exploração da mão de obra humana, isto é, no trabalho que se encontra a mercadoria, o “combustível” do capital. Para Marx (1998, p.16) “(...) a mercadoria é considerada a célula

econômica da sociedade burguesa, é a partir da mercadoria, que reveste o produto do trabalho, ou a forma de valor assumida pela mercadoria”.

Assim, a mercadoria determina-se como um objeto externo, um produto externo que por suas propriedades satisfaz as necessidades humanas, seja ela de qual natureza cujas origens provêm do estômago ou da fantasia³ (Marx, 1867. P. 57).

Neste aspecto, é através da mercadoria que se evidencia a apropriação da exploração do trabalho humano, exploração esta que é essencialmente importante para gerar riquezas ao capital. Assim, Lessa (2006, p. 235) expõe que:

Toda riqueza do capital é produzida pelo trabalhador, o capital da burguesia nada mais é que a riqueza produzida pelo operário, e assim o capital termina revelando-se o que de fato é: a força de trabalho convertida em propriedade do burguês (LESSA, 2006, p. 235).

De fato, entender que a força de trabalho se converte em mercadoria para atender as múltiplas facetas do capital, destaca-se duas propriedades, o valor de uso e o valor, (valor de troca) contidos na mercadoria por intermédio da quantidade e qualidade.

Constituem fatos históricos a descoberta de diferentes modos, das diversas maneiras de usar as coisas e a invenção das medidas socialmente aceitas para qualificar as coisas úteis. A variedade dos padrões de medidas de mercadorias decorre da natureza diversa dos objetos a medir também pela conversão (MARX, 1867, p. 58).

Logo, a capacidade qualitativa de uma mercadoria é destacada pelo valor de uso de uma coisa e a sua utilidade em relação aos demais objetos, segundo Marx (1867), o valor de uso da mercadoria desenvolve-se como o conteúdo material para gerar riqueza ao capital, quanto mais utilidade terá um objeto mais valor ele terá, pois ele (valor de uso) só se firma como tal a partir da utilização ou do consumo.

Tal valor, (valor de troca) de um objeto, assemelha-se a parte qualitativa do objeto pois o valor de uso carrega em si um valor de troca. Assim, o valor de uso nada mais é que a parte monetária da mercadoria, quanto ela vale em relação aos outros objetos. Ao fazer uma análise sobre a mercadoria, sabendo-se que se articula por meio do valor de uso e valor. Marx (1867, p. 92) destaca que “à primeira vista a mercadoria parece algo trivial imediatamente compreensível, mas ver-se que ela é muito estranha e cheia de sutilezas, metafísicas e argúcias teleológicas”. Assim, antagônico as categorias valor de uso e valor de troca, e no que lhe concerne as suas funções, Marx em seu ensaio identifica um novo fenômeno atrelado a mercadoria: O Fetichismo, termo de difícil compreensão e cheio de mistérios.

³ Lock's (1969) define a mercadoria como a necessidade envolvida pelo desejo humano para satisfazer seus desejos, seria como se fosse um apetite do espírito, tão natural como a fome para o corpo.

A palavra fetichismo é uma palavra de origem Africana professada por africanos na colonização da parte do continente. A palavra fetichismo, e originária de *fetisso* (na língua portuguesa feitiço) que traduz o culto, admiração, veneração e encantamento a algo sobre natural que se escapa da realidade. Marx utiliza o vocábulo fetichismo para deduzir o comportamento humano determinado em função de algo.

A impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo ótico não se apresenta como uma sensação subjetiva desse nervo, mas como uma coisa existente fora da visão. (...). Há uma relação física entre as coisas físicas, mas a mercadoria é a relação de valor entre os produtos do trabalho nada tem a ver com a natureza física desses produtos com as relações materiais dela decorrente, uma relação estabelecida entre elas assume uma postura fantasmagórica entre as coisas (MARX, 1883, p. 94).

Marx (1883) analisa as relações de trabalho e de produção e interpreta que no fim do processo de produção quando chega até a mercadoria ela já não é visualizada objetivamente como deve ser, as pessoas, sobretudo as que produz, passam a idealizar a mercadoria não como ela é, e sim com um certo olhar de encantamento, olhando para além de suas funções objetivas, passando a olhar a partir da subjetividade, algo para além da realidade, assumindo assim, uma postura fantasmagórica a qual se analisa apenas o valor monetário e o status que é colocado sobre tal produto, pois proporciona mais vantagens para quem os utiliza. Em suma: você é bem-sucedido pelo fato de estar utilizando tal objeto. Portanto, a mercadoria assume além do fetichismo, um espírito misterioso onde dá origem a alienação da mercadoria, pois oculta todas as características do trabalho humano e faz com que o ser humano não se reconheça perante o processo de produção.

1.3 - Trabalho, questão social e alienação no capitalismo.

Somente quando o homem, em sociedade, busca um sentido para sua própria vida e falha na obtenção deste objetivo, é que isso dá origem à sua antítese, a perda de sentido (LUKÁCS, 1990, p.108).

A palavra alienação origina-se da palavra em latim *alienare*⁴ que significa a perda total com os sentidos e conexões mais profundas, isto é, o espírito se faz outro destino de si e parte por outra realidade a qual ele se reconhecerá. Neste sentido, a alienação é expressa a partir da realização do trabalho onde o indivíduo não se reconhece como produtor de suas

⁴Aliena. Significado de Alienar. DICIO. Dicionário online de português, 2009. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/alienar/>> Acesso em 24 de Jun. de 2022.

próprias atividades, adentrando-se em um processo de subjetivação e passando a conviver no modo de produção capitalista de forma alienada.

Marx em seus Manuscritos econômicos filosóficos (1844) a classifica a alienação em duas palavras: *Entäusserung* e *Entfremdung*. *Entfremdung* que significa – estranho / alheio e *Entäusserung* – alienação/despossessão, termos que embora distintos andam articulados entre si. Ranieri (2001 p. 08) destaca: “*Entäusserung* está carregada de um conteúdo voltado a noção de objetivação e exteriorização histórica voltada ao ser humano. Já a *Entfremdung* ao contrário da primeira compõe-se com dois obstáculos sociais que impedem que a primeira se realize com potencialidade do homem, entraves que fazem com que dadas as formas históricas da apropriação e organização do trabalho por meio da propriedade privada, a alienação apareça como um elemento concêntrico ao estranhamento”.

Sendo assim, implica dizer que a alienação gera o estranhamento, isso porque os trabalhadores no modo de produção capitalista ficam à mercê de um viés ideológico e passa a se pensar somente como meros consumidores e não como protagonistas na produção de mercadorias essenciais para a sua existência. Deste modo, partindo de tal conjuntura, Marx (1844) faz a relação entre alienação, capital e trabalho promovendo uma retificação do mundo. De acordo com o filósofo, a primeira divisão entre Capital × Trabalho resume-se em três aspectos, definidos como a unidade imediata e mediata de ambos - estabelecendo em um primeiro momento que o trabalhador e mercadoria une-se para desempenha certa atividade. Mas, em um segundo momento, separam-se causando o estranhamento, condição a qual um não se reconhece um perante o outro. Logo, na oposição de ambos já acontece o estranhamento entre o operário e a mercadoria, eles identificam o capitalista como o principal protagonista no processo de produção.

Por sua vez, o capitalismo ao ser reconhecido pelo operariado como principal componente, se aliena fazendo com que sejam os únicos a serem reconhecidos no processo de produção negando a existência do operariado. A classe que vive do trabalho.⁵ A oposição de cada um contra si mesmo, um complemento a segunda colocação. A oposição de ambos, quando um sabe da existência do outro e mesmo assim desprezam a existência, um tratado mútuo. Já o processo de alienação em Marx (1844) é descrito em quatro colocações: Estranhamento em relação ao produto do seu trabalho; a alienação do trabalhador no interior de sua atividade; a alienação do gênero humano e a alienação em relação a si.

⁵ Para Antunes (2009, p 101) A classe que vive do trabalho simboliza a classe trabalhadora, que hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos e improdutivos.

Neste sentido, nota-se que essas relações apresentadas por Marx (1844) frente as colocações, capital, trabalho e alienação leva-nos a ponderar outra estrutura, a retificação do mundo, ou coisificação cujo homem uma vez alienado, torna-se mercadoria do modo de produção capitalista, isto é, um mero objeto a disposição do capital para gerar mais riquezas a sua estrutura.

Assim, seguindo a noção de mercadoria no marxismo, o modo de produção vigente produz uma roupagem frente aos objetos produzidos pelo operariado a qual afasta de si mesmo toda sua realidade existente. Neste sentido, Marx (1994) reproduz a alienação como a relação contraditória do trabalhador com o produto de seu trabalho e a relação do trabalhador ao ato de produção, um processo de objetivação, tornando o homem estranho a si mesmo, aos outros homens e ao ambiente a qual ele vive. Neste aspecto, Marx (1983, p.148) expõe que:

Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na proporção em que produz mercadorias em geral.

Portanto, é a partir das práxis do trabalho que o trabalhador não produz só mercadorias a ele indispensáveis, mas produz a si mesmo como um objeto a favor do capital deixando-o por fora da sua essência e dando lugar a subjetividade onde ele irá se encontrar em um mundo abstrato em que ele não se reconhece na sua realidade. Neste sentido, frente a esse dinamismo do capital, a apropriação da mão de obra humana ergue-se como um processo alienatório e a alienação como uma laboração do capital, a qual espraia-se proporcionalmente a produção de mercadorias.

Desta forma, entendendo-se a categoria trabalho como uma conjuntura que funda o ser social a qual se reinventa ao longo dos anos, pode ser compreendida como uma condição equívoca, de opressão e dominação do capital visto que o labor não produz somente mercadorias para atender às necessidades da classe operária, mas como um “trabalho que funda a possibilidade ontológica da alienação” Lessa (2012, p.149). Apropriando-se do artífice, moldando-o e alienando-o para sustentar o modo de produção capitalista com intuito de gerar mais lucro ao capital.

Assim, visto que o trabalho apresenta condições para suscitar o ato alienação, Lessa (2012) argumenta que nessa ação há todo um processo que percorre diversos modos de produção, determinando traços particulares em cada momento histórico cujo vão para além do trabalho, situando-se sobre reprodução social de cada indivíduo, independentemente de quaisquer categorias.

No modo de produção manufatureiro e no artesanato, um trabalhador era dono dos meios de produção e participava de todo o processo, desde a aquisição da matéria-prima até a venda do produto final, neste exercício o trabalhador era explorado, porém doava parte do seu lucro aos senhores feudais e tinha-se a consciência do seu posto enquanto produtor na produção de subsídios essenciais a vida humana.

Atualmente no capitalismo, especificamente em seu estágio monopolista⁶ dá-se entrada a uma vastas modificações nas condições da classe trabalhadora gerando desigualdades e culminando em uma Questão Social⁷ a qual afeta a classe operária, o trabalho executado pela classe trabalhadora nessa conjuntura é rejeitada pelos capitalistas (burguesia), uma vez que nega⁸ a sua participação na produção de instrumentos essenciais a sua sobrevivência, assim os artífices não reconhecer a grandeza da importância de suas atividades laboral, e se aliena no interior de sua atividade onde muitas vezes tem acesso aos próprios produtos por ele confeccionado, somente mas tarde no mercado, onde que tem que se pagar pelo seu próprio labor.

Por fim, é de fácil compreensão que o processo de alienação antecede as bases do capitalismo, mas, é com desdobramento deste modo de produção que essa abstração se compele, pondo o trabalhador como seu artefato e gerando consequências para além de sua alienação, como a precarização do mesmo e as novas formas de trabalho que impactaram nas condições de vida das pessoas, onde o descaso, a pobreza e a miséria encontram-se cada vez mais latentes.

⁶ A idade dos Monopólios alterou significativamente a dinâmica da sociedade burguesa. Ao mesmo tempo em que potencializou as contradições fundamentais do capitalismo já explicitadas no estágio Concorrencial, elas foram combinadas com novas contradições e antagonismos que tornaram mais complexos os sistemas de mediações que garantem a dinâmica societária burguesa (Netto, 2006b, p. 19-20).

⁷ Questão Social: É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (Carvalho e Yamamoto, 2006, p. 77).

⁸ A negação da existência de uma classe torna-se uma luta entre as classes.

CAPÍTULO II

2 - O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DA SAÚDE: TECENDO REFLEXÕES

Neste capítulo será abordado sobre a atuação do assistente social na Política de Saúde e quais os limites e possibilidades a serem enfrentados pela profissão na atualidade. A partir desse estudo, tem-se como foco elementar contribuir para a amplificação de conhecimentos sobre como se deu o processo de implementação do Sistema Único de Saúde – SUS, e como o Assistente Social atua frente a essa Política, face a um cenário de precarização do seu trabalho advindo de uma Contrarreforma de Estado.

A princípio, partirei sobre uma análise centrada no discurso de Antunes (2011) acerca do sentido do trabalho na sociedade, o sentido ontológico, razão essa pelo qual o ser humano realiza o trabalho. Em seguida, será exposto o Serviço Social como um trabalho especializado na divisão sociotécnica sob a análise de Lessa (2007), Iamamoto (2006) e Netto (2010), ponto de partida para a compreensão do trabalho profissional em uma sociedade de direitos sociais em constante luta por manutenção e ampliação destes. Por fim, será exposto, em um ponto conclusivo dessa pesquisa, os parâmetros do Assistente Social no campo da saúde: limites e possibilidades da profissão, sobre um contexto crítico e analítico da atualidade com ênfase em seu Projeto Ético Político e Código de Ética da Profissão.

2.1 - Os sentidos do trabalho.

As análises tratadas no Capítulo I, em que o trabalho é visto como uma atividade vital para o desenvolvimento do ser humano, mostra que a práxis sob o modo de produção capitalista impõe um certo estranhamento proporcional a produção de mercadorias, e assume comportamentos pautado na alienação e fetichização das coisas.

Neste sentido, para a construção desse novo tópico, leva-se em consideração que embora o trabalho sobre o modo de produção capitalista adquira uma postura degradante ao ser humano, ele também apresenta uma importante colocação na sociedade. Para Silva e Braga, (2014, p. 46)

Na contemporaneidade, o trabalho ocupa um lugar central na vida das pessoas, influenciando a relação com a sociedade e adquirindo dimensão dúplice e contraditória, ao mesmo passo que ele cria, humaniza, libera e emancipa, ele subordina, degrada, escraviza e aliena.

Assim, conforme expõe Silva e Braga (2014) pode-se constatar que, a categoria trabalho apresenta uma dualidade em seus termos, por um lado ele refina o ser humano até chegar no seu estágio social, dando-lhes condições para a sua sobrevivência, por outro viés ele apropria-se das condições por ele atribuídas, dominando, destruindo, oprimindo e alienando o sujeito para que ele seja útil apenas ao capital. Deste modo, entendendo-se esse dualismo da categoria trabalho, trataremos nesse capítulo, apenas sobre uma das condições: a centralidade da categoria trabalho e sua importância na sociedade.

Dito isto, destaca Marx (1971, p. 50 - 208) que

Se o trabalho, sob o sistema de metabolismo social do capital, assume uma forma necessariamente assalariada, abstrata, fetichizada e estranhada (dada a necessidade imperiosa de produzir valores de troca para a reprodução ampliada do capital), essa dimensão histórico-concreta do trabalho assalariado não pode, entretanto, ser eternizada e tomada historicamente numa forma societal emancipada, na qual se encontram superadas as mediações de "segunda ordem", criadas pelos sistemas de metabolismo social capital, a associações livre dos trabalhadores e das trabalhadoras, isto é, seu auto atividade, sua plena autonomia e seu domínio efetivo do ato laborativa, mostra-se como fundamento ontológico para a sua condição de "ser livre e universal".

Dado o exposto, compreende-se que essa movimentação do capital não se finda neste momento, não deve-se pensar exclusivamente no trabalho como o único processo sob o modo de produção capitalista em que assume uma postura comprometedor a sociedade, torna-se necessário refletir em outras possibilidades, como a forma de emancipação do ser humano e sua essencialidade na vida cotidiana dos homens, visto que foi a partir da colocação trabalho, que o ser se constitui como seres sociais e racionais, capazes de objetivar suas ações por meio da práxis.

Desta maneira, para que se compreendesse a essencialidade do trabalho na atual conjuntura, torna-se relevante acentuar a ontologia de Lukács como o fator principal dessa concepção, com isso é preciso “vê-lo tanto como momento de surgimento do pôr teleológico quanto como protoforma da práxis social” (Antunes, 2001, p. 136).

Portanto:

Somente o trabalho tem na sua natureza ontológica um caráter claramente transitório. Ele é em sua natureza uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto com a natureza inorgânica (...), quanto com a orgânica, inter-relação (...) que se caracteriza acima de tudo pela passagem

do homem que trabalha, partindo do ser puramente biológico ao ser social (...) (Lukács, 1980 apud Antunes, 2009, p. 136, grifo do autor).

Posto isso, a centralidade da categoria trabalho está nas condições atribuída por ele aos seres. Somente o trabalho em sua gênese tem a capacidade de estabelecer uma conexão entre a natureza e o ser humano, esse vínculo criado pelo trabalho aos seres orgânicos (homem) e inorgânicos (natureza), designa a capacidade de examinar novas possibilidades de produção, e reprodução para converter em meios que os acolha e atenda às suas necessidades, assim, essa aptidão destinada aos seres acentua-se no nascer de um por teleológico⁹, característica importante e originária do ser humano.

Deste modo,

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. (...) o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade (MARX 1867 apud LUKÁCS, 2013, p. 46 - 47).

Seguindo o pensamento marxista, o trabalho como categoria privativa do ser social, ao ser cumprido pelo indivíduo chega ao fim do processo com uma solução a qual o ser já havia idealizado em sua mente. Por conseguinte, esta capacidade de idealização e de materialização daquilo que já havia se planejado, é o que distingue o ser humano dos demais animais, e o que impulsiona a centralidade do trabalho na sociedade. Assim, para Antunes (2006, p.142) tem-se, portanto, por meio trabalho, um processo que simultaneamente altera a natureza e autotransforma o próprio ser que trabalha, em resumo, o ser humano modifica a natureza e a si mesmo para suprir suas necessidades.

Por meio do trabalho, da continua realização de necessidades, da busca da produção e reprodução da vida societal, a consciência do ser social deixa de ser epifenômeno, como a consciência animal que, no limite, permanece no inverso da reprodução biológica. A consciência humana deixa, então, de ser uma mera adaptação ao meio ambiente e configura-se como uma atividade auto governa. E, ao fazer isso, deixa de ser um mero epifenômeno da reprodução biológica (MARX 1867 p. 21-2). O lado ativo e produtivo do ser social "torna-se pela primeira vez ele mesmo visível através do pôr

⁹ Antunes (1999, p.136) exemplifica o por teleológico de modo que; o fato de buscar a produção e reprodução da sua vida societal por meio do trabalho e luta por existência, o ser social cria e renova as próprias condições de sua reprodução. O trabalho é, portanto, resultado de um por teleológico que previamente o ser social tem ideado em sua consciência.

teleológico presente no processo de trabalho (e das práxis sociais)" (MARX 1867, p. 31).

No sentido de explicar essa situação Marx (1867) faz a distinção entre a abelha e o arquiteto apresentando as possibilidades e limitações de cada uma desses seres, enquanto a abelha age apenas por pulsão, isto é, algo programado e instintivo¹⁰, o ser humano premeditar e executa suas ações por meio da práxis. Portanto, a dimensão do por teleológico no processo de trabalho liga-se ao exercício de planejamento e desenvolvimento de suas ações (LUKÁCS, 2013).

Para além de suprir suas carências socialmente necessárias à sua existência, o trabalho como objeto intermediário entre o homem e a natureza, e que proporciona ao desenvolvimento e aprimoramento das condições humanas, evidencia-se como uma posição histórica-social, a elevação de uma vida cotidiana a qual possibilitada a interação dos seres com o meio a qual encontram-se inserido.

Segundo Lukács (1971, p. 11-12) a compreensão da gênese histórico-social, nos remete ao universo dado pela vida cotidiana, isso porque o ser de cada sociedade surge da totalidade de tais ações e relações, por isso, implica dizer que a categoria trabalho abre vastas possibilidades aos sujeitos, desde a ampliação de suas condições, a realização delas. Assim, suas circunstâncias dadas pela inter-relações entre o homem e a natureza traz sentido a tipificação de uma vida, a vida cotidiana.

Deste modo, nesta condição de uma vida social essencialmente necessárias, cada indivíduo interage com outro, o serviço social torna-se uma especialidade voltada a ação do trabalho coletivo expressa-se de maneira íntegra entre o ser humano e a sociedade.

2.2 – O serviço social como especialização do trabalho coletivo.

O Serviço Social, como uma especialização do trabalho coletivo, ora visto como categoria de trabalho, ora visto como categoria de transição entre as classes, dominantes e dominadas, está como ponto de partida para a compreensão do trabalho profissional em uma sociedade de direitos sociais em constante luta por manutenção e ampliação deles.

Para compreender isto, os anos 1980, foi definido como o início da renovação de uma mudança na mentalidade da sociedade brasileira acerca do papel do Serviço Social e de seu

¹⁰ "O ir-além da animalidade por meio do salto humanizador conferido pelo trabalho, o ir-além da consciência epifenomênica, determinada de modo meramente biológico, adquire, então, com o desenvolvimento do trabalho, um momento de fortalecimento, uma tendência em direção a universalidade" (Marx, 1987. P. 35).

caráter, sendo fruto de um processo de mudanças que vinha ocorrendo em uma sociedade na luta por abertura política e de direitos civis, que mais tarde serviriam de base para o nascimento de uma constituição cidadã que englobasse os direitos sociais hoje estabelecidos.

Sobre esta questão, Pâmela Silva (2017) destaca que:

Este cenário potencializou a dimensão organizativa da categoria e a aproximação com os referenciais teórico-metodológicos e ideopolíticos que possibilitam repensar o projeto profissional e acadêmico do Serviço Social numa perspectiva verdadeiramente crítica e voltada para os interesses da classe trabalhadora (SILVA, 2017, p. 02).

Podemos refletir nessa linha de raciocínio, levando em conta que houve uma necessidade maior de se enxergar este profissional em uma sociedade que se via havida por direitos. Como recém-saídos de um regime opressor e excludente (Ditadura Militar iniciada em 1964) o cidadão precisava que sua perspectiva de sociedade fosse enxergada por um profissional capaz de responder as expectativas que a classe trabalhadora almejava. E dar a sociedade uma leitura, pelo proximal, do diagnóstico das causas sociais que eram reivindicadas pelo operariado.

Com isso, o debate em torno do Serviço Social toma para si uma marca própria, indo de encontro a sua classificação. Novamente destaca SILVA (2017) que:

A identificação do Serviço Social com o trabalho intervém na identidade profissional à medida que: 1) implica no rompimento com a visão assistencialista e voluntarista que atravessa a profissão em sua gênese e desenvolvimento; 2) a condição de assalariamento e as relações de trabalho perpassadas pelas injunções do mundo do trabalho na sociabilidade do capital imprimem o reconhecimento dessa força de trabalho especializada com o trabalho e os trabalhadores (Idem, p. 02 - 03).

Nesta linha de pensamento, relacionado a identificação do Assistente Social, cabe colocar que seu trabalho está para a sociedade como de fundamental importância para sanar as intervenções sociais que são postas pela classe classes trabalhadoras. Como trabalhador que é o assistente social, torna o Serviço Social como um trabalho especializado, voltados para as classes trabalhadoras que lutam por direitos e espaço. Esta perspectiva se encontra ancorada no pensamento de no pensamento de Iamamoto (2005, p. 28), pois “é preciso evitar uma superestimação artificial da profissão, pois este é um profissional chamado desempenhar suas atribuições em um processo coletivo de trabalho”. Ele se insere não em um único espaço de trabalho, mas nos espaços historicamente influenciados pelo capital, em que o Estado se faz presente e algumas mazelas da desigualdade social, precisam de um olhar profissional para sanar as demandas surgidas.

Além disso, torna-se natural conhecer os aspectos fundamentais do trabalho do Assistente social que está vinculado a sua prática laboral, portanto:

(...) o interesse é pensar o Serviço Social como trabalho, sendo esta uma porta de entrada muito provocativa para a análise da “prática profissional”. Nos anos de 1980, os assistentes sociais descobriram a importância da consideração da dinâmica das instituições e das relações de poder institucional para se pensar o Serviço Social, assim como as políticas sociais, os movimentos e lutas sociais. A imagem que poderia representar o esquema dominante de análise tinha no centro a “prática do Serviço Social” e, no seu entorno, a dinâmica institucional, as políticas sociais, os movimentos sociais como fatores relacionados o exercício profissional. Mas, geralmente, ao se falar em prática referia-se, exclusivamente, à atividade do Assistente Social. Os demais elementos citados eram tidos como condicionantes dessa prática, com uma certa relação de externalidade em relação a ela (IAMAMOTO, 2005, p. 61).

Todavia, este pensamento vai além quando nos deparamos com a necessidade de não só uma reformulação da atividade profissional meramente relacionada a classe trabalhadora, mas sim como ponto de partida para o papel do Assistente Social, como aquele capaz de atuar em diversas áreas. O caminho a ser percorrer dependera mais do que a sua identificação burocrática, mas de sua posição diante de uma perspectiva de olhar social, que veio a partir dos anos de 1980, vinculado a mudança no currículo de sua atuação profissional.

O trabalho do assistente social, nesta perspectiva em particular, está pautado pelas mudanças ocorridas em sociedade em todos as suas frentes, pois a economia a cultura e a política, sempre irão influenciar a vida do cidadão em geral. Mas, que particularmente a classe trabalhadora assalariada, sempre terá mais influência sob seu agir profissional, por se tratar de uma classe que está em constante luta pela garantia e efetivação de seus direitos sociais, e o profissional do Serviço Social precisa ter um olhar diferenciado para esta questão.

Em contraponto a isso, Lessa diverge da autora anterior, argumentando que, seja preciso contrapor o entendimento de Iamamoto, para pensar trabalho do Assistente Social como sendo mais elaborado. O que a refletir sobre a sua materialidade, implicando em atividade não orgânica, mas socialmente definida e politicamente direcionada. Estando, pois, distante de uma atividade laboral comum.

Desse modo, pode-se pensar que:

Em seguida, lemos que "O trabalho é a atividade própria do ser humano, seja ela material, intelectual ou artística". O trabalho, agora, não é apenas e tão somente o intercâmbio orgânico com a natureza, mas a totalidade dos atos humanos, pois o que restaria para além das atividades "material, intelectual e artística"? O texto assume implicitamente a identidade entre trabalho e a totalidade das práxis sem explicar este fato (LESSA, 2007, p. 90).

Mesmo com a criticidade do autor, torna-se importante dizer que o trabalho do Assistente Social não deixa de ser um trabalho que contribua diretamente com a sociedade, lavando em conta o argumento de que a natureza do seu trabalho é tratar de questões não só voltadas ao trabalhador comum, mas ao trabalhador especializado, que traz sua bagagem intelectual e cultural, para confrontar com a realidade vivenciada pelas pessoas em geral.

Deste modo:

O que possibilita a transição imediata da constatação de que "todo processo de trabalho implica em matéria-prima ou objeto sobre o qual incide a ação" à questão "qual o objeto de trabalho do Serviço Social" é a concepção de que o Serviço Social é trabalho. A autora já toma por assegurado o que deveria ser demonstrado, isto é, que nas novas condições da "globalização" e da "revolução técnico-científica", o Serviço Social se converteu em trabalho. Esta forma de argumentação (parte-se de uma afirmação indiscutível e assume-se como axioma o que deve ser comprovado) elude a questão decisiva, qual seja, a pretendida identidade entre trabalho e Serviço Social (LESSA, 2007, p. 93).

É possível, portanto, compreender que para além do argumento do autor, o Serviço Social tem uma base histórica ligada à sua consolidação como campo profissional. E isto não podemos nos desfazer para usufruir de uma argumentação contrária que levaria a uma compreensão apenas de parte da questão: a do trabalho. É mais que isso, o profissional de assistência social tem sua atuação amplificada porque lida diretamente com questões sociais, muitas têm sua complexidade. Tem uma vasta e profunda elaboração no momento de compreender estas questões por parte do assistente social.

Cabe destacar que não é meramente o trabalho, mas sua complexidade. As questões do cotidiano que fazem parte da vida deste profissional e das demandas que para ele são direcionadas. Portanto:

O assistente social se depara cotidianamente com novas demandas – todas elas ligadas ao processo de reestruturação produtiva no Brasil, como exemplo: a precarização do trabalho, o desemprego, o subemprego, as novas formas de contratação – que vêm de vários seguimentos sociais (desde a classe dominante aos usuários e instituições que está diretamente ligado) exigindo desse profissional novas competências e qualidade nas intervenções e mediações profissionais, ficando sujeito à lógica do mercado que perpassa os serviços sociais e as políticas sociais (FERRAZ, 2016, p. 8).

Esta questão implica conhecer a atuação do assistente social e saber que o seu trabalho está dentro de um complexo de demandas que são essenciais para a sociedade em geral. Isso se dá pela necessidade de fazer frente a busca por emprego no que se refere ao trabalhador e a classe menos assistida. Bem como o acesso a políticas públicas que precisam de um olhar diferenciado e só um profissional com um direcionamento curricular teórico-prático pode

fazer valar sua capacidade de intervenção na sociedade, buscando a melhoria da mesma e por consequência a melhoria da vida dos sujeitos sociais.

Dito isto, voltamo-nos para outra compreensão do trabalho do Assistente Social. A da sua relação com os trabalhadores em geral e com tudo o que direto ou indiretamente vai influenciar sua vida.

Portanto, implica dizer que a atuação do Serviço Social diante das demandas surgidas posteriormente a década de 1970, muda radicalmente o olhar deste profissional, muda sua perspectiva como agente das questões sensíveis ao trabalhador e sua sobrevivência laboral.

Chegamos, portanto, na argumentação de José Paulo Netto, quando diz que:

Nossa argumentação chega, agora, a um momento extremamente importante: estamos afirmando que o trabalho, [...] só deve ser pensado como a atividade exercida exclusivamente por homens, membros de uma sociedade, atividade através da qual – transformando formas naturais em produtos que satisfazem necessidades – se cria a riqueza social; estamos afirmando mais: qual o trabalho não é apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mais é, também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o ser social” (NETTO, 2010, p. 46).

Por fim, temos a compreensão do que implica diretamente o trabalho do assistente social em meio ao processo histórico de redemocratização do Brasil, das aspirações por direitos e participação das classes dominadas nas decisões fundamentais para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador. A conjuntura nacional estava desembarcando de um regime totalitário que criou a ilusão de “bem-estar social”, forçadamente maquiada em números e milagre econômico que não chegava à mesa do trabalhador. Agora as demandas precisavam ser respondidas, principalmente diante das grandes necessidades de compreensão do trabalhador como ser social, protagonista da construção da sociedade de dos destinos que lhes deveriam ser reservados.

Em consequência a mudança de concepção da nossa sociedade e as aspirações por resolutividade nas demandas surgidas: uma delas é a da saúde que veremos no tópico seguinte iniciando pela contextualização histórica do Sistema Único de Saúde.

2.3 - Saúde pública no brasil: elementos para um debate.

De início, a saúde nos períodos da Colônia e do Império, no que se refere a administração pública, houve olhares distintos tanto de Portugal quanto do Brasil (1500 a 1889), porém ambos sem muito organização. Na Colônia, praticamente não existia medicina formal, pois não havia um sistema de saúde organizado, todo atendimento ou recuperação se

baseava na tradição, e as práticas de curandeirismo ou um atendimento médico liberal. Com a chegada da família real portuguesa, o que leva a caracterização do Brasil como Império, surgiu um saneamento básico aos moldes coloniais para as classes mais favorecidas com controle sanitário mínimo. Porém, o restante da população, sofria com as doenças em geral e as pestes.

Mais adiante, no contexto da República, a assistência à saúde no Brasil começa a ganhar forma com Política de Saúde nas décadas de 1920 e 1930, mediante uma ação Estatal com o propósito de intervir nas diversas mudanças da sociedade, e na manutenção da ordem vigente. Assim, nessas condições, essa política na época estava associada as práticas filantrópicas e caritativas, em decorrência das transformações na sociedade que vinham ganhando espaço frente a consolidação da dominância da classe burguesa.

Todavia, as reivindicações da classe operária na luta por seus direitos, fez com que Estado cedesse as pressões postas pelos trabalhadores e concedesse uma espécie de ajuda para garantir o acesso a saúde, essa espécie de “ajuda”, era fornecida através das CAPS, Caixas de Aposentadorias e Pensões mantidos pelos empregados, empregadores e pelo Estado.¹¹

A criação das Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPS) em 1923, ficou conhecida como Lei Elói Chaves. As CAPS eram financiadas pela União, pelas empresas empregadoras e pelos empregados. Elas eram organizadas por empresas, de modo que só os grandes estabelecimentos tinham condições de mantê-las. O presidente das mesmas era nomeado pelo presidente da República e os patrões e empregados participavam paritariamente da administração. Os benefícios eram proporcionais às contribuições e foram previstos: assistência médica-curativa e fornecimento de medicamentos; aposentadoria por tempo de serviço, velhice e invalidez, pensão para os dependentes e auxílio funeral (BRAVO, 2000, p. 03).

Assim, durante um tempo, as CAP's manteve-se como uma maneira adotada pelo Estado para atender aos protestos dos trabalhadores, entretanto, com as alterações sociais ocorridas com o passar dos anos, após 1930 com o avanço da Industrialização e as insatisfação do operariado, exigiu-se a redefinição do papel do Estado para atender ao acréscimo de demandas do modo de produção capitalista, assim criou-se o Ministério da Educação e Saúde Pública.

¹¹ As CAP's foram criadas em 1923 e ficaram conhecida como a lei Eloy Chaves (Decreto Legislativo nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923) em detrimento CAP's das empresas ferroviárias, devido a boa organização dos seus sindicatos e também de possuírem maior poder de pressão política. Essas CAP'S eram uma espécie de seguro que tinha como objetivo apoiar o trabalhador durante o período de inatividade so tendo acesso ao mesmo aqueles que contribuía com esses fundos. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/breve-historico>. Acesso em 27/10/2022.

Em 1939 o então presidente da época, Getúlio Vargas, criou e incorporou a este ministério, os Institutos de Aposentadorias e Pensões, - IAP's a qual substituíam as antigas CAP's, como forma de atender a antigas reivindicações da classe trabalhadora. Por isso,

É preciso saber o que existia antes do SUS para que possamos avaliá-lo, valorizá-lo e aperfeiçoá-lo. Conhecer um pouco da história da organização sanitária no Brasil é importante para compreendermos por que o SUS representa uma conquista do povo brasileiro. Esse conhecimento deve contribuir para que não reproduzamos o passado e para que sejamos capazes de avaliar a cada momento o que conquistamos de avanço, bem como as ainda ameaça de retrocesso. Dessa forma é possível, educar permanentemente os novos sujeitos que farão a Reforma Sanitária Brasileira – RSB e construir um sistema de saúde mais digno para a nossa população (PAIM, 2009, p. 20).

Portanto, o quadro histórico da saúde brasileira já estudado revela que, no pós Vargas, houve a continuidade das políticas de saúde já postas em lei. De 1945 a 1950 foi criado o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), que consolidava a Política Nacional de saúde que vinha desde 1930, porém sem grande novidade, tendo em vista que governos como os de Juscelino, Jânio e Jango não consolidaram uma política de saúde forte e eficaz. A partir de 1964 com o Regime Ditatorial será feita uma mudança radical que vai mexer com as estruturas e impactar os trabalhadores em geral. Isso, por que,

A política nacional de saúde enfrentou permanente tensão entre a ampliação dos serviços, a disponibilidade de recursos financeiros, os interesses advindos das conexões burocráticas entre os setores estatal e empresarial médico e a emergência do movimento sanitário. As reformas realizadas na estrutura organizacional não conseguiram reverter a ênfase da política de saúde, caracterizada pela predominância da participação da Previdência Social, através de ações curativas, comandadas pelo setor privado (BRAVO, 2000, p. 8).

Mais adiante, as mudanças na Política de Saúde ganham espaço precisamente nos anos 80 com a Reforma Sanitária para que a saúde fosse voltada para todas pessoas e não somente uma parte da população, como era visto nos anos anteriores. Alguns marcos foram de suma importância como a 8º Conferência Nacional de Saúde e a instauração da Constituição Federal de 1988 dando início a um Sistema Único de Saúde – SUS, sistema esse Integral, Gratuito e Universal.

Sobre essa questão Bravo e Menezes (2011, p. 30) destaca:

O processo constituinte e a promulgação da Constituição de 1988 representou no plano jurídico a promessa de afirmação e extensão dos direitos sociais em nosso país frente à grave crise e às demandas de enfrentamento dos enormes índices de desigualdade social. A Constituição Federal introduziu avanços que buscam corrigir as históricas injustiças

sociais acumuladas secularmente, incapaz de universalizar direitos tendo em vista a longa tradição de privatizar a coisa pública pelas classes dominantes.

De fato, concorda-se que a implementação das garantias fundamentais da constituição de 88 significou historicamente um avanço representativo a população que vinha padecendo das mazelas sociais acumuladas ao longo dos anos. Assim, a proclamada Carta Magna abriu novos caminhos que garantiam diretamente o direito e o acesso livre e universal a toda a população nas áreas da educação, a saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, entre outros (Brasil, 1988).¹²

No que lhe concerne ao acesso a saúde, O SUS – Sistema Único de Saúde surge como uma resposta ao movimento sanitarista afim de se pensar um plano para apaziguar as adversidades sociais que ganharam destaque com a crise dos anos de 1970. Por meio disso, a constituição de 88 propõe um sistema que abrangesse todos os indivíduos sem distinção.

Assim:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988).

Conforme o artigo 196º da Constituição Federal de 1988, a saúde passa a ser considerada como um direito de todos os indivíduos sem distinção de raça, cor, classe ou gênero, cabendo ao Estado garantir o seu acesso por meio de políticas sociais que atestem a redução do risco a doenças e haja a promoção, proteção e recuperação do paciente. Deste modo, nos anos 1990 com o intuito de consolidar e organizar os direitos previstos nos artigos constitucionais é aprovado a lei 8080/90 – Lei Orgânica da Saúde que sistematizou o Sistema Único de Saúde onde dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências (BRASIL, 1990)

O Sistema Único de Saúde foi institucionalizado com o propósito de efetivar os direitos de cada cidadão previsto na constituição Federal de 1988. De acordo com a lei 8080/90 “O SUS é concebido como o conjunto de ações e serviços de saúde prestados por órgãos, instituições públicas Federais, Estaduais e Municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantida pelo poder público” (BRASIL,1990).

Assim, esse sistema tem como princípio a expansão do acesso aos serviços de saúde

¹² BRASIL. Constituição (1988) Cap. II – Art. 6º. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm acesso em 25 de out. de 2022 às 21:12.

de maneira integral e gratuita, atuando em ação conjunta com várias instituições, públicas e privadas, com convênio que se interagem entre si em prol de um bem comum: A saúde da população para que todos os cidadãos sejam assegurados sem nenhuma restrição conforme suas carências apresentadas.

Deste modo, a lei 8080/90 especifica as atribuições e toda a estrutura do Sistema Único de Saúde pautado em princípios doutrinários e/ou ideológico e organizacionais compostos por serviços de baixa, média e alta complexidade. Sendo assim, no tocante aos aspectos doutrinários podemos destacar:

- Universalidade– o acesso às ações e serviços deve ser garantido a todas as pessoas, independente do sexo, raça, renda, ocupação ou outras características sociais ou pessoais cabendo ao estado garantir essa função.
- A Equidade – auxiliar na diminuição da desigualdade social, tem-se uma atenção maior para aqueles que necessitam de mais atendimento.
- Integralidade– considera-se um indivíduo como todo, promove promoção, prevenção, tratamento e reabilitação aos assistidos.

Já os principais organizacionais são divididos em quatro. Regionalização, descentralização, hierarquização, e participação social.

1. A regionalização: determina que cada região do Brasil é responsável pelas atividades desenvolvidas.
2. A descentralização: organiza-se por esferas Municipais, Estaduais e Federais de modo que uma não intervenha na outra.
3. Hierarquização – Consiste em papéis distintos de cada esfera.
4. Participação Social – A comunidade participa integralmente de suas ações pois somente a sociedade sabe de suas carências que necessita e usufruir de seus serviços.

Além disso o SUS também está organizado em níveis de complexidade de atendimento, dividido em três principais esferas.

1. Nível Primário – Caracteriza-se como a "porta de entrada" para ter acesso aos seus programas, presente nos PSF, onde se oferece atendimentos de baixa complexidade a comunidade como cuidados com doenças, tratamentos de ferimentos, vacinas e prevenções.
2. Nível Secundário – voltada para uma atenção de média complexidade. O paciente tem contato com profissionais da área da saúde mais especializados, com recursos mais tecnológicos.

3. Nível Terciário – Especificado por atenção de alta complexidade. Neste quesito usa-se recursos de alta tecnologia e de alto custo. Geralmente está nos procedimentos para o tratamento de doenças graves. Como é o caso do câncer, cujo seu tratamento se dá através de radioterapia, quimioterapia ou até mesmo, cirurgias de risco.

Deste modo, nota-se que com o transcorrer do tempo, a assistência à saúde modificou-se, distinto dos anos de 1940 onde seguia-se uma lógica pautada em ações curativas, atualmente segue-se um padrão metódico com ênfase na qualidade de vida da pessoa, na cura e proteção do indivíduo fazendo com que o próprio cidadão se integre nesse processo por meio da integralização e da participação social ofertadas pelo próprio SUS.

Assim, é visível que a saúde pública no Brasil tem evoluído consideravelmente no tocante a implementação do SUS como um direito de todos os indivíduos e dever do Estado. Entretanto, apesar de avanços que constam, ainda apresenta muitos problemas no tocante a sua implementação, como em seu financiamento, trazendo serias consequências a população e gerando uma série de problemas como a deterioração e superlotação de seus serviços e falta de valorização dos trabalhadores da área da saúde.

Esses efeitos trazidos a Gestão do SUS e a população, evidenciou-se no início dos anos de 1990 à medida que avançou sua política, pois houve com grande retrocesso no tocante a redução dos direitos sociais pertencente a adoção de uma ideologia neoliberal. Em consequência dessa doutrina, ocasionou na esfera social um rompimento de gastos colocando em xeque os direitos as quais já havia sido conquistado.

Consequentemente, a redução dos direitos estimulou um corte de investimentos em várias esferas a fim de conter a crise do capital que vinha entrando cada vez mais em evidências. De modo que, como alternativa para amenizar a crise do capital, seria necessária uma reorganização do Estado. Para Bravo (2000, p.13) essa reestruturação competiria ao Estado, onde ele “ deixaria de ser o responsável pelo desenvolvimento econômico e social para se torna promotor e regulador, transferindo para o setor privado as atividades que antes eram suas”.

Nos anos 1990, assistiu-se o redirecionamento do papel do Estado, já no contexto do avanço das teses neoliberais. A afirmação da hegemonia neoliberal no Brasil, com a redução dos direitos sociais e trabalhistas, desemprego estrutural, precarização do trabalho, desmonte da previdência pública, sucateamento da saúde e da educação, tende a debilitar os espaços de representação coletiva e controle democrático sobre o Estado, conquistas da Constituição de 1988 (BRAVO; MENEZES, 2011, p. 30).

Neste sentido, torna-se visível que a Contra Reforma¹³ para abrandar a crise do capital possibilitou no âmbito das Políticas Sociais, sobre tudo na política de saúde um descomprometimento Estatal que implicou no seu avanço e propiciou um desmonte em suas bases, precarizando e estimulando uma desvalorização com a classe trabalhadora e desreafirmando todo o histórico de lutas e conquistas efetivados pela Constituição Federal de 1988.

Conforme Bravo (2000, p.14);

A proposta da política de Saúde construída na década de 1980 tem sido desconstruída. A saúde ficou vinculada ao mercado enfatizando parcerias com a sociedade civil, responsabilizando a mesma para assumir os custos da crise. A refilantropização é uma de suas manifestações com a utilização de agentes comunitários e cuidadores para realizarem atividades profissionais com o objetivo de reduzir os custos.

O SUS foi sistema em que mais constatou-se regressões principalmente na prática, o descumprimento de suas bases legais previstas na Constituição Federal de 1988 e a omissão do Estado em tomar para si a responsabilidade de intervir em questões relacionada a saúde pública impulsionaram novas condições.

As políticas sociais a partir do último quartel do século XX passam por grandes transformações provocadas pela reordenação do capital sob hegemonia das finanças. A entrada num período de estagnação do desenvolvimento do capital, iniciado nos anos 1970, apresenta novas condições de implementação das políticas sociais. A crise, que trouxe consigo o aumento do desemprego, as taxas altas de inflação, a queda do comércio mundial, apresenta como forma de seu enfrentamento os chamados ajustes estrutura (BRAVO; MENEZES, 2011, p.12).

Assim, ao longo do tempo, a política de saúde no Brasil resume-se em um movimento de triunfos e retrocesso. Ao passo que obteve um grande avanço, frutodas lutas democráticas e pela reorganização política dos trabalhadores em busca de seus direitos, regrediu no quesito desenvolvimento de forma continua, visto que a implementação da hegemonia neoliberal¹⁴ vem trazendo vários desafios a ser enfrentado.

O SUS tem sido desvalorizado na sua raiz: o seu caráter público e o acesso universal. A lógica do fortalecimento do setor privado na oferta de serviços de saúde tem prevalecido por dentro do SUS, via aumento de contratualizações de serviços privados de saúde e repasse da gestão para entidades privadas, e no livre mercado, demonstrado pelo crescimento das

¹³ Conforme Bravo (2000, p. 13) A Reforma do Estado ou Contra-Reforma parte do suposto de que o Estado se desviou de suas funções básicas ao ampliar sua presença no setor produtivo, colocando em xeque o modelo econômico vigente.

¹⁴ Anderson (1995. p.02) enfatiza que a Hegemonia Neoliberal se constitui como uma reforma Estatal que visa manter um Estado forte, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas.

operadoras de planos e seguros privados de saúde e de seus usuários (BRAVO; MENEZES, 2011, p.73).

As estratégias de cunho neoliberais operadas pelo Estado causaram um decaimento das políticas sociais apresentando consequências desvantajosas à atuação dos Assistentes Sociais frente às expressões da “questão social” na década de 1990. Essa nova postura adotada, implicou no redimensionamento das suas funções, como a redução de empregabilidade de profissionais, a precarização das condições de trabalho.

Para melhor compreender:

No Brasil, as políticas sociais a partir da década de 1990, pouco depois da promulgação da Constituição de 1988, (...) passaram a sofrer ameaças por meio do projeto neoliberal, que impediu a plena implementação do texto constitucional. A recém-criada Seguridade Social – uma conquista no âmbito da formação de um sistema de proteção social no Brasil ainda que limitado – é derruída pelos sucessivos governos neoliberais desde Fernando Collor de Melo, aprofundando-se com os governos de FHC e persistindo nos governos de Lula da Silva (SILVA, p.12, 2011).

Portanto, vê-se que a saúde, como política pública no Governo Lula seguiu com a mesma lógica pautada em uma política macroeconômica subordinada levando a cabo uma velha cartilha dos burgueses dos períodos anteriores. Pois, se Collor de Melo, Itamar Franco e FHC fizeram com que boa parte dos investimentos fossem parar nas mãos dos banqueiros, os governos Lula I e II, em que pese um acentuado redirecionamento para as políticas sociais mais compensatórias, não deixou de favorecer as classes dominantes e manteve mecanismos de governos anteriores em vigor, mesmo que não de forma tão massiva que viesse a desestruturar a seguridade social. Isso porque, Lula deu ênfase a redistribuição da renda, criando um conjunto de programas sociais que estavam atrelados a condicionalidade como saúde (vacinas) e educação (permanência na escola), algo que nos governos anteriores não tiveram papel relevante.

Todavia, em contraponto a isso, os governos anteriores se utilizaram de políticas que capturaram os recursos da seguridade social e direcionava para outras esferas que não beneficiava quem mais precisava. Um exemplo disso é o mecanismo criado por FHC, que permanece até hoje retirando recursos da seguridade social para direcionar e socorrer o capital dominante.

A longo dos anos foi, portanto,

Um dos mecanismos fundamentais utilizados para drenar recursos das políticas sociais brasileiras para o capital que porta juros é a Desvinculação de Receitas da União (DRU) de 200011. A Seguridade Social é a mais atingida por este mecanismo, tendo em vista que ele permite a desvinculação

de 20% dos seus recursos. A DRU transfere os recursos do orçamento da Seguridade Social para o orçamento fiscal com a finalidade de facilitar a formação de superávits e pagar a dívida pública (SILVA, 2011, p. 12).

Vê-se, dessa forma, que tal mecanismo de captura orçamentária apenas contribuiu para aumentar ainda significativamente as mazelas sociais em nosso país, levando para o lado rico os recursos que deveriam estar sendo redistribuídos para combater as desigualdades sociais, garantir a humanização da saúde e a seguridade previdenciária dos brasileiros.

No Brasil, a dívida pública tem sido um grande problema quando se trata de saber para onde o Estado deva priorizar seus investimentos, visto que a falta de um olhar socialmente justo pelas classes dominantes só tem acentuado as mazelas no seio do povo pobre, destruído as perspectivas de futuro e desmontando as políticas públicas mais necessárias.

Por isso, esse desmonte simboliza um retrocesso para a sociedade e, ainda, para os assistentes sociais enquanto categoria profissional, isto porque ver-se que as Políticas Sociais, em especial a saúde são resultantes de disputas políticas no modo de produção capitalista e, sendo assim, “parte de uma agenda estratégica da luta democrática e popular no Brasil, visando à construção de uma sociedade justa e igualitária” (CFESS, 2000 apud CFESS, 2010), o que pode atenuar as lutas e mobilizações em defesa de uma saúde pública, gratuita e de qualidade.

2.4 - O serviço social na saúde: historicidade e criticidade do trabalho profissional.

O Serviço Social como profissão vinculada a área da saúde, teve sua inserção na sociedade na década de 1940, período em que se trabalhava pela adequação das pessoas a ordem vigente, para que não houvesse o questionamento da classe trabalhadora ao modo de produção na época (BERNARDO; PINHEIRO, 2011).

Nessa conjuntura de ajustamento, atribuía-se ao Serviço Social o encargo de acompanhamento do indivíduo na sociedade, bem como a sua saúde e de sua família.¹⁵ Assim, constata-se que o Serviço Social nessa época se dava através de vínculos com o Estado, por meio de práticas educativas e de adequação ao capitalismo, onde era tracejada intervenções de cunho caritativo e doutrinários com ênfase na igreja católica.

Bravo (2009) argumenta que com as mudanças advindas do modo de produção capitalista na década de 40, em seu estágio monopolista, surge como uma questão social, onde

¹⁵ Nesta conjuntura era trabalhado o Serviço Social de Caso. O Serviço Social de Caso é o processo que desenvolve a personalidade através de um ajustamento consciente, indivíduo por indivíduo, entre os homens e seu ambiente. (RICHMOND, 1915, apud BALBINA, 1978, p. 44).

umenta-se a consideravelmente a demanda na sociedade. Solicitava a partir de então, o Assistente Social passa a ser visto como principal protagonista atuando de modo filantrópico e caritativo diretamente frente as expressões causadas pela questão social. Essa ação dos assistentes sociais no tocante a essas demandas, perpetuou durante alguns tempos, mas, somente na década de 1960, houve a necessidade de se questionar sobre o exercício do assistente social e quais medidas teria a potencialidade de ser seguida.

Sobre essa questão, Bravo e Castro expõe que:

Nos anos 60, esta situação começou a se modificar, surgindo um debate na profissão questionando o seu conservadorismo. Essa discussão não surgiu de forma isolada, mas com respaldo das questões levantadas pelas ciências sociais e humanas, principalmente em torno da temática do “desenvolvimento e de suas repercussões na América Latina (BRAVO; CASTRO, 2004, p. 05).

Assim, no início dos anos 1960, o Serviço Social enquanto profissão passa a ser questionado em suas práticas caritativas e filantrópicas, esse questionamento, abre novas possibilidades para a implementação de um movimento com intuito de aperfeiçoar a profissão, ocorrendo primeiro na América Latina denominado de movimento de reconceituação e posteriormente no Brasil, titulado de movimento de Renovação do Serviço Social¹⁶.

Contextualizando, Netto (2005, p. 131) define o processo de Renovação do Serviço Social como:

[...] o conjunto de características novas que, no marco das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

Deste modo, interpreta-se que o movimento de Renovação da profissão, desencadeada no seio da autocracia burguesa¹⁷ no Brasil, teve sua transcendência ao Serviço Social visto que contribuiu qualitativamente para a reorganização de suas ações, para intervir com mais precisão na sociedade em diversos setores de forma mais prática e sistemática.

Na política de Saúde, por exemplo, com o processo de Renovação da profissão, o papel do assistente social ganhou mais tecnificação em suas ações, foi a partir desse dinamismo de

¹⁶ De acordo com Netto (1998), o processo de Renovação do Serviço Social se deu em três direções: a Modernizadora, a Reatualização do Conservadorismo e a Intenção de Ruptura

¹⁷ Florestan Fernandes (2006) A autocracia burguesa tinha como manter ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, e impedir que a dominação e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriorarem.

melhorias, que na década de 1980 com o amadurecimento da profissão, possibilitou o assistente social a operar com mais concretude no tocante a viabilização e promoção dos direitos sociais.

Portanto, a saúde como direito de todos e dever do Estado, tem como principal intermediário o profissional de Serviço Social cujo no uso de suas atribuições ficará encarregado de viabilizar e efetivar o acesso e o direito a saúde, tendo como princípios os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos construídos pela profissão em determinados momentos históricos (CFESS, 2010).

Assim, sob esse prisma, o assistente social na atualidade, ao exercer suas funções frente as expressões causadas pela questão social na sociedade, defontra-se com uma série de obstáculos a serem encarados na contemporaneidade.

Para o CFESS (2010. p. 67):

Os assistentes sociais, nas suas diversas inserções e na efetivação das suas atribuições e competências, precisam ter como preocupação as diversas armadilhas que são colocadas pela organização social capitalista e por teorias não críticas e pós-modernas no que se refere à análise das expressões da questão social evidenciadas no cotidiano profissional.

Concorda-se com o CFESS que nos amplos campos de atuação do Serviço Social, e na eventualidade de tal estado, numerosas são armadilhas colocadas pela organização capitalista a profissão, essa essa colocação sinaliza uma importante compactibilidade com a contra Reforma Estatal, decorrente de uma hegemonia neoliberal que serve apenas para impulsionar o retrocesso, a destruição e a barbárie (Mészáros, 2002).

A vista disso, o neoliberalismo é uma doutrina que emerge em um momento de profunda crise do capitalismo. Trata-se de uma reação teórica e política ao keynesianismo e ao Welfare State (ANDERSON, 1995), com o intuito de instituir um modelo de organização do capital para que possa sair desse colapso.

Frente a esse contexto, a partir dos anos 1970 tinha-se essa crise onde se produzia muito, porém se consumia pouco, essa ocasião mostrou-se como o estopim para que pudessem reorganizar um novo modelo de produção, em razão disso, foram adotadas medidas neoliberais que deram suporte ao capital para ele pudesse organizar suas bases de acumulação é assim gerar mais riquezas pois o capital não tem outro movimento se não gerar mais capital (MESZÁROS; ANTUNES, 2002).

Nesse contexto, exigiu-se que o capitalismo se reestruturasse e se reinventasse. Assim, esse sistema socio econômico cria novas formas de acumular riquezas através da sua produção, dando origem ao toyotismo (padrão de produção flexível), que acompanha a

demanda do mercado para legitimar esse novo modelo de produção e ajudar ao capitalismo a distanciar-se da crise e reestabelecer suas bases de produção. Assim, a ideologia neoliberal ganha espaço na sociedade com suas medidas restritivas, em que um dos seus objetivos era “manter um Estado forte no controle do dinheiro e parco de todos os gastos sociais” (ANDERSON, 1995, p.07).

Sob essa nova conjuntura histórica do capital, o Estado vai sendo modificado e nos anos 1990 a 2000, uma série de medidas que irá transformar a profissão entraram em vigor, o principal deles seria a de um Estado mínimo para o social e máximo para o capital, o Estado que antes era considerado promotor de desenvolvimento social, decorrente dessa nova reorganização Estatal ficará insento de medidas que antes seria de sua responsabilidade, tendo como prioridade apenas o desenvolvimento e difusão do capital.

Nessa ocasião, a reformulação Estatal trouxe a alguns profissionais consideráveis implicações, como os assistentes sociais, que encararam uma série de problemas na contemporaneidade, sobretudo na área das políticas públicas como é o caso da saúde.

Como já mencionado, essas adversidades, tem como precedente a hegemonia neoliberal, que causou um desfinanciamento do Estado, uma luta constante entre Reforma sanitária x Projeto Privatista, resultando na retração dos direitos sociais, na precarização do trabalho e na exigência por uma nova redefinição do seu trabalho profissional totalmente incompatível com seu Código de Ética.

O projeto privatista vem requisitando ao assistente social, entre outras demandas, a seleção socioeconômica dos usuários, atuação psicossocial por meio de aconselhamento, ação fiscalizatória aos usuários dos planos de saúde, assistencialismo por meio da ideologia do favor e predomínio de práticas individuais (CFESS, 2010, p. 25).

Sabendo-se da atual conjuntura sócio economia a qual o assistente social se insere, o projeto privatista, requer-se ao assistente social uma nova postura para se adequar ao contexto de crise do capital. Assim, tomando conhecimento que o projeto privatista supõe a privatização bem como a transferência dos serviços públicos para o setor privado, o assistente social segue a lógica de adaptar sua prática a esse contexto. Portanto, suas ações pauta-se no sucateamento e na deteriorização das políticas públicas na área da saúde, como justificativa o assistente social é obrigado a assumir uma postura que contrária seu Projeto Ético Político adotando um comportamento seletivista sobre um quadro sócio econômico, a seleção para ter acesso aos seus direitos torna-se condicionalizante do projeto privatista posto pela hegemonia neoliberal.

Para entendermos melhor:

Há uma relação entre o projeto ético-político e o de reforma sanitária, principalmente, nos seus grandes eixos: principais aportes e referências teóricas, formação profissional e princípios. Os dois projetos são construídos no processo de redemocratização da sociedade brasileira e se consolidam na década de 1980. As demandas democráticas e populares, a mobilização e organização dos trabalhadores urbanos e rurais colocam na agenda política brasileira a exigência de transformações políticas e sociais e a necessidade de articulação dos projetos profissionais aos projetos societários que são propostos para o conjunto da sociedade (CFESS 2010, p. 26).

É possível, portanto, compreendermos que como consequência na atualidade os dois projetos, tanto o privatista quanto o da reforma sanitária estão presente nos dias atuais, por um lado da projeto da reforma sanitária assegura os direitos de cada indivíduo, por outro a reforma privatista desarticula com todo o histórico de conquista concedido pela reforma sanitária, o que antes era visto como um direito de todos e dever do estado garantir o acesso igualitário a todos com a reforma privatista essas colocações ganham outro seguimento, a transferência dos direitos sociais para o Estado onde em muitos casos acontece a privatização e terceirização de alguns serviços.

Situando o Serviço Social nessa conjuntura em que se insere de longa tensão entre os dois projetos. Para o CFESS (2010, p. 26).

Na saúde, em que esse embate claramente se expressa, a crítica ao projeto hegemônico da profissão passa pela reatualização do discurso da cisão entre o estudo teórico e a intervenção, pela descrença da possibilidade da existência de políticas públicas e, sobretudo, na suposta necessidade da construção de um saber específico na área, que caminha tanto para a negação da formação original em Serviço Social ou deslança para um trato exclusivo de estudos na perspectiva da divisão clássica.

Neste sentido, sobre esses dois projetos predominante na política de saúde, se expressa por meio de um divisor de águas dada a profissão, de um lado o discursos entre o estudo teórico no âmbito da saúde, por outro viés a uma forte descrença dada pela impossibilidade de existência das Políticas Públicas e ainda sua continuidade de efetivação resultando em algumas implicações ao serviço social, bem como a precarização desse trabalho.

Assim, para Behring (2010 p. 20).

A precarização no trabalho do assistente social tem como preambular a contrarreforma do Estado que propôs medidas socio econômicas para conter a crise do capital. Assim, em resposta disso, o assistente social convive-se com más condições de trabalho, a falta de equipamentos, de materiais, e de salas que ofereçam sigilo para a realização dos atendimentos, são um dos problemas comuns a serem enfrentados por esse profissional.

Deste modo, a contra reforma do Estado, adotado para conter a crise do capital, causou

um modificações em diversos setores. Na saúde, esses cortes de gastos afetou incidiu principalmente na profissão do serviço social, porquê o assistente social como um profissional que atua diretamente nas políticas públicas, devido ao seu corte de gastos diminuiu significativamente os seus orçamentos, culminando em más condições de trabalho. Deste modo, a precarização destes encargos, condiz principalmente as conjunturas matérias que são o alicerce primordial para o desempenho de seu agir profissional.

Por efeito disso, em decorrência da redução orçamentária na saúde, a exigência por um redirecionamento do papel do assistente social que se adequase a nova forma de atuação do Estado frente a essa dimuição de gastos, certifica-se como um desafio a ser enfrentado.

Segundo Behring (2010. p. 21).

O que esse redirecionamento pretende é mobilizar profissionais que operarem no projeto de gestão da pobreza (e não no seu combate ou erradicação) que vem de cima, que reitera junto a indivíduos e famílias – para as quais transfere cada vez mais responsabilidade de reprodução cujo produto e o acesso "feliz" a políticas minimalistas e medíocres, a exemplo as políticas de transferência de renda em curso no Brasil que estão à anos luz de proporcionar qualquer processo redistributivo, embora tenham impactos imediato importante na vida das populações pobres, proporcionando inclusive bases legítimas para projeto em curso.

O redirecionamento do Estado no tocante ao papel do assistente social, condiz a uma mínima atuação desse profissional cujo trabalho atenderá de forma minimalista operando apenas sobre a monitorização da pobreza. Assim essa prática do assistente social, molda-se por medidas apresentadas sem caráter contestatório, em que o indivíduo não discutir sobre seus direitos e ficam submisso as políticas Estatais minimalistas, burocráticas e excludentes. Com tudo, neste viés, tanto o assistente social quanto o sujeito passa por um processo de readaptação as novas formas de gestão do Estado. O profissional de serviço social neste caso, assume uma postura que contraria as suas diretrizes curriculares, o Estado busca implantar no mercado de trabalho cada vez mais trabalhadores que sejam acríticos e que favoreca sempre a dinâmica do capital.

Por fim, nessa lógica, pode-se concluir que no atual cenário contemporâneo, o assistente social como profissional que atua na promoção dos direitos sociais de cada indivíduo através das políticas públicas, depara-se com um leque de desafios a serem ultrapassado. As novas formas de trabalho, a ideologia neoliberal e a contrarreforma do Estado, prepararam o terreno para a precarização e reformulação do seu trabalho, causando assim, grandes impactos não somente a estes profissionais, mas a população em geral.

2.5 – Os parâmetros do Assistente Social no campo da saúde: limites e possibilidades na atualidade

Sem perder de vista o que foi discutido no desenrola-se dessa pesquisa, esse novo tópico busca corroborar para a compreensão sobre o trabalho profissional do assistente social na política de saúde e seus desafios a serem enfrentados na contemporaneidade. Para tanto, de modo introdutório, é necessário caracterizar como se dar a prática profissional do assistente social na sociedade de modo geral. De acordo com o CFESS, o assistente social analisa, elabora, coordena e executa planos, programas e projetos para viabilizar os direitos da população e seu acesso às políticas sociais, como a saúde, a educação, a previdência social, a habitação, a assistência social e a cultura”.

Compreende-se a partir do exposto, que o trabalho do assistente social, interliga-se diretamente com o cotidiano das pessoas, é por intermédio desse profissional que se tem a viabilização e garantia dos direitos sociais que foram construídos ao longo dos anos e que estão diretamente ligados a diversidade de públicos que dele necessitam, mediante as demandas apresentadas no dia a dia.

O acesso a saúde por exemplo, é uma demanda apresentada na sociedade, fruto de um modo de produção capitalista que reflete diretamente na vida das pessoas. Sendo assim, o assistente social é visto como um profissional capaz de intervir frente a essas necessidades, tornando-se uma profissão profundamente necessária para promoção e atenção à saúde tendo como base os objetivos e atribuições contidos na lei 8080/90.

Deste modo, o CFESS N.º 383/99 de 29/03/1999 ressalta que:

Para a consolidação dos princípios e objetivos do Sistema Único de Saúde, é imprescindível a efetivação do Controle Social e o assistente social, com base no seu compromisso ético político, tem focalizado suas atividades para uma ação técnico política que contribui para viabilizar a participação popular, a democratização das instituições, o fortalecimento dos Conselhos de Saúde e a ampliação dos direitos sociais.

Assim, nesta perspectiva o assistente social na área da saúde é de grande relevância a sociedade, isso porque além de contribuir para a garantia e promoção dos direitos de cada indivíduo, ele também busca subsidiar por meio dessas ações:

Estruturas sustentadas no conhecimento da realidade e dos sujeitos para os quais são destinadas, na definição dos objetivos, na escolha de abordagens e dos instrumentos apropriados às abordagens definidas, assim a “ação profissional, portanto, contém os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos construídos pela profissão em determinado momento histórico e os procedimentos técnico-operativos (2006 apud MIOTO; NOGUEIRA, 2006).

Sabemos da prática do assistente social na política de saúde e como se da sua atuação frente a atual realidade do CFESS, que é de buscar consolidar “a presença internacional do serviço social brasileiro em uma perspectiva internacionalista de organização de trabalhadores/as”, fortalecendo a concepção crítica da profissão, em especial, dos países latino-americanos” (IAMAMOTO, 2021).¹⁸

Deste modo, o CFESS expõe parâmetros para a atuações do assistente social na saúde em quatro grandes importantes eixos que serão vistos em uma concepção de totalidade, analisando os seus aspectos e tornando-os indispensáveis e interligados para sua formação e trabalho profissional.

Os assistentes sociais na saúde atuam em quatro grandes eixos: atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; assessoria, qualificação e formação profissional. (...) desenvolvidas pelo assistente social nesses quatro eixos. (...) importante destacar que esses eixos não devem ser compreendidos de forma segmentada, mas articulados dentro de uma concepção de totalidade (CFESS, 2010, p. 41).

Assim, um profissional bem-preparado e que busca sempre atualizar sua formação estará atendo a todas essas questões. O atendimento profissional do assistente social requer agilidades e que ele ponha em prática os saberes adquiridos e as experiências que acumula no dia a dia. Sua formação serve para que em situações que precise de agilidade e uma tomada de decisão rápida, este profissional possa buscar o melhor caminho e a melhor forma de acolher os usuários que dependem de um atendimento humanizado, ético e politicamente orientado para a justiça social.

Mobilizar a estrutura disponível, buscar formas de conter dados e apresentar caminhos para solucionar os problemas faz com que o assistente social seja indispensável, dentro do contexto da saúde como um todo. Não só nos grandes centros médicos, mas também na base, onde o usuário, que por muitas vezes é vítima da marginalização da sociedade, chega em busca do serviço de saúde. Tudo isso, será desempenhado dentro de uma articulação da formação deste profissional que deverá percorrer pelo caminho da humanização do trabalho levando a uma política social de saúde mais inclusiva.

¹⁸ IAMAMOTO, Marilda. Pleno Online Especial do CFESS 'é preciso retomar a práxis da resistência', 30 de março de 2021. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1796>. Acesso em 30/11/2022.

Assim, podemos refletir que este quadro contendo os parâmetros para a atuação do assistente social na saúde, que são indicadores de como o profissional deve agir em todos os níveis de atenção à saúde através das instrumentalidades apresentadas pelo CFESS, tem enorme importância no contexto da atualidade, tendo em vista a saúde como um direito do cidadão.

Entretanto, o que se apresenta na realidade, a política de saúde, é que não se tem o cumprimento dessas condicionalidades impostas, isso porque devido ao redirecionamento do papel do Estado tornado assistente social profissionais acríticos, submetidos a uma lógica estatal minimalista, regredindo em seus progressos e rompendo com todo histórico de conquistas e lutas percorridas ao longo dos anos, pois o profissional de assistência social está subordinado a influências das esferas estatais com suas falhas e interesses próprios que na maioria das vezes negligencia o papel fundamental do Estado em garantir, segundo a Constituição Federal, o direito universal a saúde.

Sendo assim, na atualidade o assistente social vivencia esses desafios na sua prática, quando está trabalhando e lidando com a população. Na mediação das questões que chegam a sua mesa e precisam de respostas. Muitas das vezes não encontradas, mas que o assistente social diante de um compromisso ético precisa trazer uma solução. Precisa dar seguimento aquela demanda e colocar a mesa as possibilidades e ver o caminho mais provável de enxergar uma saída.

Para tratar das demandas que a ele chegam o assistente social está atento das exigências que a profissão lhe pede. Por isso, Iamamoto (2000, p.113), afirma o seguinte:

Hoje exige-se um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais, públicas e empresariais: um profissional propositivo, com a sólida formação ética, capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-los, dotado de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar em um mundo globalizado.

Diante do que afirma a autora, o assistente social se consolida atualmente como um profissional indispensável em todos os níveis: social, educacional e de saúde, pois dele é requerido a competência de mediar conflitos diante dos usuários que buscam um serviço que possa responder as demandas do dia a dia. A competência está no modo como opera no seu ambiente de trabalho, no encaminhamento de respostas e na formulação de entendimentos que geram resultados comprometidos com as políticas sociais justas e politicamente éticas.

Desse modo, o assistente social revela-se, portanto:

[...] um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição seus projetos, defender seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais que extrapolem ações rotineiras e decifrem realidades subjacentes, revertendo-as em ações concretas de benefícios à população excluída. Suas ações vão desde a relação direta com a população até o nível do planejamento, tendo inclusive a árdua tarefa de priorizar os que têm e os que não têm direitos de acesso aos serviços e equipamentos sociais (PIANA, 2009, p. 101).

Assim, entende-se que a atuação deste profissional leva a uma melhoria das reações que são estabelecidas com as populações. Principalmente as menos favorecidas ou excluídas, pois estas são as que mais sofrem as mazelas produzidas pelos efeitos do capital, da má distribuição de renda, das elites que se articulam para manter o status socioeconômico que lhes favorece como está. Algo que numa sociedade justa é preciso romper para promover igualdade social.

Respostas simples, orientações e encaminhamentos. Essas são demandas corriqueiras que requer um olhar diferenciado sobre a população. Cada pessoa busca no profissional de assistência social uma resposta. Muitas das vezes não é do agrado do usuário, mas é socialmente direcionada pela qualificação de uma profissão que vem se firmando como importante. Isso porque, dar respostas não se limita a satisfazer as aspirações de uma ou duas pessoas, mas de deixar claro como e quando o serviço social deva atuar e intervir para a melhoria da vida das pessoas.

Ao chegar a porta do assistente social o usuário traz um conflito ou uma demanda sua que precisa de resolução. O atendimento, a escuta do problema e a formulação de uma resposta orientada vai depender do comprometimento deste profissional com sua atuação. Hoje, tem-se notado esse compromisso que vai além de uma formação acadêmica, pois busca trazer ao cidadão o direcionamento para uma sociedade em que as bases sejam o social e o coletivo, em contraponto às elites dominadoras.

Portanto, o assistente social [...] “tem como aspecto central a liberdade, ou seja, a possibilidade de o ser humano fazer concretamente suas escolhas, e com isso comprometer-se com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos” (PIANA, 2009, p. 106). Isso se consolida quando sua atuação permite o surgimento de uma consciência por parte das pessoas que leva a maior participação nos debates públicos, nos conselhos e movimentos sociais. Todos com poder de decisão que irá afetar diretamente a classe dos trabalhadores. Trata-se, portanto, de uma atuação que orienta a ocupação dos espaços de forma legítima e que deve permanecer em constante crescimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

*“Que nada nos limite.
Que nada nos defina.
Que nada nos sujeite.
Que a liberdade seja
nossa própria substância”.*
(Simone de Beauvoir)

Este trabalho, se propôs a analisar a política de saúde no Brasil, examinando os parâmetros para a atuação do assistente social na sociedade. Tratou-se, portanto, de uma análise crítica e analítica a fim de expor a capacidade de intervenção profissional, como intervém no meio social a partir de sua formação e quais os principais desafios a serem enfrentados na atualidade.

No capítulo I refletimos a partir de uma análise teórica sobre o tema do trabalho em Georg Lukács, ancorado também por outros teóricos clássicos, a exemplo de Marx, cuja reflexão revela a necessidade de compreender o trabalho como modificador do homem, pois as relações estabelecidas a partir do trabalho passam a modificar o ser social em seu comportamento, compreensão do mundo e relacionamento com os sujeitos que o cercam. O trabalho revela e proporciona ao homem uma mudança de perspectiva da sua natureza humana para ir de encontro a sua natureza social. Suas relações são modificadas e tem características próprias a depender do espaço que exerça seu trabalho e do tipo de relação que estabeleça com outros homens.

Já no capítulo II trouxemos uma reflexão sobre o trabalho do profissional do serviço social na Política de Saúde e os desafios que este enfrenta, principalmente, quando se trata das condições de trabalho oferecidas. Traçamos ainda, algumas considerações sobre o histórico da política nacional de saúde e a historicidade do Sistema Único de Saúde, refletindo sobre sua idealização, implantação e funcionamento a partir da perspectiva do assistente social e do trabalho realizado por ele na saúde.

Portanto, torna-se pertinente compreender as discussões estabelecidas neste trabalho, que serão de grande importância para entender o Assistente Social na atualidade como, um profissional indispensável em muitos espaços e instituições. Sendo assim, vivenciamos desde os anos 1990 a implementação de uma ideologia neoliberal que colocou em “xeque” toda a capacidade de logística e universalidade do SUS em dar atendimento da toda uma população

que legalmente tem a saúde como um direito expresso na Carta Magna de 1988. Por fim, acredito ser este trabalho uma contribuição para as discussões e reflexões acerca do papel e importância do trabalho do Assistente Social hoje. Cada tópico foi pensado como um contributo a produções acadêmicas, de modo que os demais profissionais possam refletir o seu labor diário, levando em conta que o assistente social atua diretamente na sociedade na busca pela promoção e viabilidade dos direitos sociais, mesmo que não haja a todo tempo condições plenas de efetivação destes direitos.

Entendemos portanto, que o assistente social não está limitado a um trabalho burocratizado no ambiente de uma sala individual ou uma sala de reuniões, sendo somente isso o que traga resultados concretos para a população assistida por parte deste profissional. Mas que sua atuação é também política. No sentido de que os desafios estruturais vivenciados no dia a dia, como a falta de suporte material e de logística para desenvolver suas atividades não deve ser um fator limitador do seu trabalho. Pelo contrário, deve ser o fator instigador do enfrentamento dos desafios diários.

Por isso, o assistente social deve sempre encarar seu trabalho como a forma de contribuir com a melhoria do acesso aos direitos do cidadão, levando em conta que seu papel político e social desperte a luta por melhorias das condições de trabalho e de atendimento ao usuário. Do direcionamento que a classe dá ao papel do trabalhador em meio a uma sociedade elitista, e que renega aos pobres o final da fila dos direitos, bem como o desafio de afirmar sempre seu lugar de fala nos espaços em que ocupar, chamando também a população para lutar por seus direitos.

REFERENCIAS:

- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19º ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social.** 3º ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- LUKACS, Gyorgy. **Antologia do ser social.** Eitora Boitempo, 2018.
- SERGIO, Paulo. Trabalho **alienação e estranhamento:** Visitando novamente os "manuscritos" de Marx. UFSC Santa Catarina. S.d .
- LESSA, Sérgio. **Trabalho, sociabilidade e individualização. SciELO Brasil. 2012**
- MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo, Hedra, 2010.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política:** livro I. 30º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- PERRY, Anderson. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. P. 09-23
- BRASIL.** Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRAVO, Maria Inês Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo de; Saúde na atualidade: **por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade** / Org's, Maria Inês Souza Bravo, Juliana Souza Bravo de Menezes. – 1. ed. – Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2011.
- FERRAZ, Cynthia Santos. **Processo de trabalho e serviço social: particularidades do debate crítico sobre a profissão.** In: II Congresso de Assistentes Sociais do Rio de Janeiro, 2016.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. **Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2007.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social:** uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 15a. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Pâmela Santos da. Os fundamentos da relação entre a categoria trabalho e o serviço social na contemporaneidade. In: **VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Cidade Universitária UFMA, 2017, p. 1-16.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo / Coleção Mundo do Trabalho, 3ª ed, 1999.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para a atuação do assistente social na política de saúde**. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atualcao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf

MARCONI, M.L.; LAKATOS E.M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas S.A, 2003.

GIL, Carlos Antônio. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social** 6.ed. São Paulo: Atlas S.A, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 226 p.